

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

HECTOR BARRIAL PICANCIA

**DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NOS BRICS PARA O
PERÍODO 2006-2015.**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCII)

**Santana do Livramento
2017**

HECTOR BARRIAL PICANCIA

**DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NOS BRICS PARA O
PERÍODO 2006-2015.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Área de Concentração: Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: __/__/__.

Banca examinadora:

Prof. Me. André da Silva Redivo - Orientador
UNIPAMPA

Profa. Dra. Ana Luísa de Souza Soares
UNIPAMPA

Profa. Me. Margarete Leniza Lopez Gonçalves
UNIPAMPA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P330d Picancia, Hector Barrial

Determinantes do Investimento Externo Direto nos Brics nos anos de 2006-2015 / Hector Barrial Picancia.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017.
"Orientação: André da Silva Redivo".

1. Investimento Direto Externo. 2. Globalização. 3. BRICS. I. Título.

Aos meus amados pais Elbio e Eva
a minha querida avó Teodora
a minha amada esposa Stefany e a
meus filhos Leandro e Benjamin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais Elbio Machado Picancia e minha mãe Eva Barrial Suárez pelos ensinamentos e pelo constante apoio nesta longa caminhada. Vocês sempre foram e serão para mim um grande exemplo de dedicação e honestidade, espero poder honrar esses ensinamentos ao longo de minha vida.

A minha adorada avó Teodora Batista Martinez que dedicou muito de seu tempo e dedicação para me dar suporte não só aquele amor de vó, mas em muitas oportunidades até hoje suporte financeiro igual a meus pais.

A minha esposa amada Stefany Perez Bueno que muitos dias e muitas noites arcou com o peso de ser mãe e pai devido a minha ausência, principalmente com o cuidado para com nossos dois filhos Leandro Picancia Perez e Benjamin Picancia Perez que também de seu modo meigo e carinhoso ajudaram o “papai” a concluir com êxito mais uma etapa em sua vida.

Agradeço também meus caros colegas de graduação que incondicionalmente me deram apoio e sempre confiaram em minha pessoa, não mencionarei estes por nome com o enorme medo de esquecer de alguém, e cometer uma grande injustiça, porém, os verdadeiros amigos e colegas não precisam de nomes para se sentir homenageados.

Agradeço conjuntamente a alguns amigos de longa data pelo apoio e pela compreensão de entender que o sacrifício é grande e a necessidade de concentração é maior ainda. Mesmo com a ausência o sentimento de amizade nunca desvaneceu, pelo contrario, é na distancia que as amizades verdadeiras se fortalecem.

Por último, porém, não menos importante agradeço aos meus professores e mestres que durante o período da graduação me acompanharam e também aqueles que chegaram no decorrer da viagem, todos eles colaboraram de uma forma única para minha formação e principalmente para o conhecimento que levo comigo. Agradeço especialmente meu orientador

professor André da Silva Redivo pela compreensão, pelos ensinamentos e pelas intermináveis horas de orientação.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de ciências econômicas tem como objetivo fazer uma análise dos determinantes de IDE nos países do BRICS nos anos de 2006-2015 e como estes se comportam em diferentes ambientes de negócios. Para atender esse objetivo principal recorre-se a uma análise das teorias de IDE considerando o fenômeno da globalização e enfatizando as teorias que surgiram com maior força a partir da segunda metade do século XX. Para tanto se utiliza uma análise de dados disponíveis sobre Investimento direto externo realizado nos países do BRICS. Observa-se que o IDE nos países do BRICS vem ganhando força nos últimos anos, juntamente com o crescimento econômico dos países em questão. Também se coloca em pauta a importância do IDE em um mundo globalizado, sua evolução e o seu comportamento em ambientes econômicos diversificados. Para esta pesquisa foram utilizados dados do *World Investment Report* (2006, 2010, 2013) e dos rankings, do Índice de liberdade econômica do *Heritage Group* e do *Journal Wall Street* e do ranking *Doing Business* do Banco Mundial. Observou-se que os níveis de IDE recebidos por os países do BRICS não sofrem diretamente influência das variáveis utilizadas neste trabalho, e há uma série de fatores que de forma conjunta com o ambiente de negócios afetam os fluxos de IDE recebidos por estes países.

Palavras-chave: Investimento Direto Externo; Globalização; BRICS.

ABSTRACT

This economic science paper aims to make an analysis of the determinants of FDI in the BRICS countries in the years of 2006-2015 and how they behave in different business environments. In order to meet this main objective, an analysis of theories of FDI is made, considering the phenomenon of globalization and emphasizing the theories that emerged with greater force from the second half of the twentieth century. To do so, an analysis of available data on Foreign Direct Investment conducted in the BRICS countries is used. It is noted that FDI in the BRICS countries has been gaining strength in recent years, along with the economic growth of the countries in question. It also raises the question of the importance of FDI in a globalized world, its evolution and its behavior in diversified economic environments. For this research data from the World Investment Report (2006, 2010, 2013) and from the rankings, the Economic Freedom Index of the Heritage Group and the Wall Street Journal and the Doing business ranking of the World Bank was used. It was observed that the FDI levels received by the BRICS countries do not directly influence the variables used in this work, but a series of factors that together with the business environment affect the flows of FDI received by these countries.

Key words: Foreign Direct Investment; Globalization; BRICS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mecanismo básico de internacionalização. Aspectos do estado e mudanças de empresas.	35
Figura 2 - Modelo do processo de internacionalização das EMNs. Versão 2009.	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Fluxo de investimentos mundiais na década de 1970, em US\$ bilhões.	39
TABELA 2 - Fluxo de investimentos mundiais na década de 1980. Valores em US\$ bilhões.	40
TABELA 3 - Fluxo de investimentos mundiais de 1994 à 2003. Valores em US\$ milhões.	43
TABELA 4 - Estoque de IDE nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, 2005-2015, em milhões de US\$.	45
TABELA 5 - Fluxos de IDE por destino, 2006 a 2015, em US\$ bilhões.	47
TABELA 6 - Fluxos de entrada de IDE para os países do BRICS nos anos de 2009 à 2012. Valores em US\$ Bilhões.	48
TABELA 7 - Fluxos de entrada de IDE nos BRICS, 2006-2015, valores em US\$ bilhões.	54
TABELA 8 - Comparação dos fluxos de IDE nos países desenvolvidos, em desenvolvimento e nos países do BRICS, 2006-2015, em US\$ bilhões.	55
TABELA 9 - Facilidade de Fazer Negócios, Brasil, 2006-2015.	59
TABELA 10 - Índice de Liberdade Econômica, Brasil, 2006-2015.	59
TABELA 11 - Facilidade de Fazer Negócios, Rússia, 2006-2015.	60
TABELA 12 - Índice de Liberdade Econômica, Rússia, 2006-2015.	61
TABELA 13 - Facilidade de Fazer Negócios, Índia, 2006-2015.	61
TABELA 14 - Índice de Liberdade Econômica, Índia, 2006-2015.	62
TABELA 15 - Facilidade de Fazer Negócios, China, 2006-2015.	62
TABELA 16 - Índice de Liberdade Econômica, China, 2006-2015.	63
TABELA 17 - Facilidade de Fazer Negócios, África do Sul, 2006-2015.	63
TABELA 18 - Índice de Liberdade Econômica, África do Sul, 2006-2015.	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos estoques de IDE nas economias desenvolvidas, em desenvolvimento e nos países do BRICS, 1970-2015.....	46
Gráfico 2 - Valor de projetos Greenfield em bilhões de US\$, 2011-2012.....	48
Gráfico 3 - Valor de projetos de Cross Border em bilhões de US\$, 2011-2012	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características da globalização do final do século XX e início do século XXI.....	26
Quadro 2 - Teorias precursoras de IDE.....	31
Quadro 3 - Tipos de atividades de EMN's no estrangeiro.	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 METODOLOGIA.....	20
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	22
2.1 Introdução.....	22
2.2 A Globalização e o Investimento Direto Externo.....	22
2.3 Teorias do Investimento Direto Externo	28
2.3.1 Primeiras Abordagens.....	28
2.3.2 O modelo eclético de Dunning	32
2.3.3 O modelo Uppsala	34
2.3.4 A abordagem Institucionalista	36
3.1 O IDE no período pós- Segunda Guerra Mundial	39
3.2 IDE no contexto de liberalização.....	41
3.3 Estudos sobre investimento direto externo no mundo.....	44
3.4 IDE nos países do BRICS no período recente.....	49
4 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E OS BRICS	53
4.1 O surgimento dos BRICS e a relação destes com seus países vizinhos.	53
4.2 O IDE nos BRICS e o ambiente de negócios	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	69

1. INTRODUÇÃO

Carneiro (2000) nos afirma que a globalização é um fenômeno que resulta de dois movimentos básicos. Por um lado, no plano doméstico, onde se encontra uma progressiva liberalização financeira por outro lado, no plano internacional a crescente mobilidade dos capitais que agem nas economias dos países tanto para alicerçar um crescimento econômico que possa gerar desenvolvimento, quanto para instalação de crises.

Segundo Vilas (1999) a globalização não é um fenômeno que possa se considerar atual, tampouco se trata de um processo homogêneo ou homogeneizador, muito menos um caminho que conduzirá a um progresso uniforme e a um estado de bem-estar universal. Este afirma que a globalização é um processo que vem se desenvolvendo pelo menos ao longo dos últimos cinco séculos, sendo um processo dinâmico com acelerações e diminuições que age tanto no cenário nacional como no internacional. A globalização é um fenômeno que acaba intensificando o fluxo de capitais e comerciais, dentre eles os investimentos externos.

Os investimentos externos de acordo com Mohamed (2000) e Gonçalves (1998) se dividem em dois tipos, primeiro os investimentos diretos externos (IDE) que são aqueles que segundo o (Fundo Monetário Internacional) FMI são os investimentos que tem um interesse concreto de uma empresa de um setor específico e muitas vezes estratégico com um caráter mais de longo prazo e um enfoque mais produtivo. Por outro lado, os investimentos de portfólio correspondem aos capitais voláteis que são feitos por um investidor externo em forma de ativos financeiros, portanto com um alto risco de desestabilizar a economia de um país se houver uma saída elevada desse capital. Porém, este trabalho tenta focalizar em IDE, que não é apenas um investimento efêmero como o investimento de portfólio e sim com uma finalidade mais de longo prazo ou estrutural, segundo Ferraz, Alexandre e Voidila (1999).

Um conjunto de teorias explica o investimento direto externo. A teoria do paradigma eclético apresentada por Dunning em 1976 no *Nobel Symposium* em Estocolmo, que através do Modelo OLI, tenta vincular alguns aspectos microeconômicos importantes para explicar o fluxo de IDE, principalmente através de três aspectos fundamentais vantagens de propriedade, vantagens

de localização e vantagens de internalização, que derivam de seu significado em inglês *Ownership advantages, Localization advantages and Internalization advantages*.

Outra teoria que explica o IDE é a Teoria Uppsala que diz que as empresas incrementam de forma gradual seus investimentos externos na medida em que vai adquirindo experiência em mercados específicos. Uma outra abordagem é a Abordagem Institucionalista que tenta explicar a importância das instituições na captação de IDE, especificamente em relação à estratégia de localização dos investimentos e da geração de um ambiente favorável para a atração dos mesmos.

Dentro deste novo contexto de globalização, países anteriormente considerados sem nenhuma influência econômica conseguem fazer frente às grandes potências como EUA, Alemanha e Inglaterra (LACERDA, 1998, UNCTAD, 2000), principalmente graças à presença massiva de capitais muitas vezes provindos dessas mesmas potências.

No Brasil o investimento externo direto se deu de modo rápido na década de 90, período em que o Brasil recém se recuperava de uma etapa de muita instabilidade e tinha uma economia frágil e despreparada. Uma das principais características que colaborou para esse interesse repentino de investidores estrangeiros apostarem no Brasil para investir foi, em primeiro lugar, a abertura comercial para o mercado internacional. Um segundo fator foi a estabilização cambial ocorrida a partir da implementação do Plano Real em 1994. Não menos importante foi a recuperação da atividade econômica no período (com um crescimento de 15 % do PIB entre os anos de 1993/1996, após a estagnação e superinflação nos anos 80 (PINHEIRO; GIAMBIAGGI; GOSTKORZEWICS; 1999)

O Investimento Direto Externo (IDE) no Brasil e nos demais países do BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes, criado em 2006, tem sido intenso desde a sua criação. Segundo Jim O'Neill (2001), criador da sigla BRIC, logo BRICS, este grupo de países deve alcançar em 2050 a condição de desenvolvimento. Dado a magnitude dessas economias nota-se grande participação destas no total do investimento direto externo realizado.

É importante levar em consideração alguns aspectos macroeconômicos para este tipo de avaliação, por exemplo, a análise do ambiente externo, aqui tratados como o ambiente macroeconômico no país onde o IDE é realizado. Este ambiente é constituído por elementos que são externos à empresa e que devem ser analisados pelas mesmas para que se possam reconhecer mudanças, tendências, ameaças e oportunidades que possam levar esta a obtenção de um maior lucro, de acordo com Porter (1989).

Dado o exposto acima, alguns questionamentos são realizados neste trabalho: como se comportam os fluxos de IDE no Brasil e nos demais países do BRICS entre os anos de 2006 e 2015? Quais seus determinantes? E como o ambiente de negócios pode ter influenciado os fluxos de IDE?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como se comportaram os fluxos de IDE nos países do BRICS, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2015 e identificar como o ambiente de negócios pode influenciar estes fluxos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Fazer um resgate das teorias de IDE, considerando o fenômeno da globalização e vinculá-las ao ambiente econômico que condiciona este tipo de investimento.
- b. Analisar a trajetória do Investimento Direto Externo nos países do BRICS no mundo globalizado ao longo das décadas de 1980, 1990 e

anos 2000 para compreender suas características e principalmente sua relação com as mudanças econômicas.

- c. Realizar uma avaliação comparativa dos fluxos de Investimento Direto Externo nos BRICS e verificar como estes se comportam em diferentes ambientes de negócios de acordo com as teorias de IDE expostas neste trabalho.

1.3 JUSTIFICATIVA

Um dos fatores mais relevantes para escolha deste tema de pesquisa foi a percepção de haver um contexto de globalização onde há uma intensificação do fluxo de Investimento Direto Externo. Com tudo isso vem à tona a importância de uma compreensão sobre este tipo de investimento, os diversos ambientes econômicos em que estes podem se inserir e os efeitos gerados por estes nas economias em desenvolvimento, como os BRICS. É também importante o entendimento do comportamento das Empresas Multinacionais (EMNs), dentro de um contexto de globalização.

Dada essa contextualização e a presença de grandes fluxos de capitais externos no Brasil e nos demais países do BRICS justificam-se trabalhos que identifiquem o IDE no Brasil e nos países do BRICS. É importante analisar não somente os níveis de Investimento Direto Externo invertidos em cada um dos países do BRICS e sim as condições que estes países oferecem para uma maior ou menor captação de capitais.

Vale ainda ressaltar a importância crescente desse tipo de investimentos nas economias de países emergentes, a busca por uma maior cooperação no cenário político-econômico mundial reflete o quanto esses países cresceram nos últimos anos. Segundo dados do Banco Mundial, em 1990 os países do ainda BRIC¹ representavam 8% do PIB mundial (Produto Interno Bruto), já em 2006 passaram a representar cerca de 12% do PIB da economia global.

Segundo dados da UNCTAD, o Brasil vinha ganhando cada vez mais participação nos ingressos globais de IDE, o que em 2007 representava 1,7% do PIB em 2012 passou para 4,8% do mesmo. Enquanto os BRICS se tornam cada vez mais destino preferencial de IDE, passando de 10% do PIB mundial em 2007 para 19,5% em 2012 segundo o relatório da UNCTAD (2013).

Esta mesma organização estima que em 2009 o fluxo total de IDE tenha alcançado US\$ 1.4 trilhões, após o pico pré-crise ocorrido em 2007 atingindo valores de US\$ 1.97 trilhões, e em 2008 US\$ 1.69 trilhão.

¹ O grupo internacional BRICs, composto por quatro economias emergentes em um primeiro momento foi cunhado de BRICs, em 2001, pelo economista chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil. Logo, em 2011 com a incorporação da África do Sul ao grupo tornou-se BRICS.

Apesar do expressivo crescimento da corrente global entre 1996 e 2008, que duplicou no período, Brasil, Rússia, Índia, China e mais recentemente África do Sul agora pertencente ao BRICS, expandiram suas exportações a taxas bem elevadas, e reforçaram sua importância no cenário mundial UNCTAD, (2013).

Após os anos de 2008 e 2009, quando ocorreu a crise *sub prime* os países do BRICS continuaram com altos níveis de investimento embora não na dimensão dos países desenvolvidos mas mantendo um ritmo constante e em crescimento. De acordo com o relatório do IPEA sobre Investimento Direto Externo 2014, o montante investido pelo BRICS em 2012 foi equivalente a 44,2% do fluxo de IDE oriundo dos EUA, em contraste com os 5% no ano 2000. No período mais recente, 2008-2012 os fluxos de IDE oriundos da China, da Índia e da Rússia mantiveram patamares historicamente elevados, a despeito da crise financeira global.

O fluxo anual médio de IDE chinês foi de US\$ 68 bilhões; o da Rússia de US\$ 53,9 bilhões; é o da Índia de US\$ 14,8 bilhões. Brasil e África do Sul não tiveram ingresso tão altos nesses anos pois apresentaram um alto nível de volatilidade nos fluxos anuais no período pós-crise. (IPEA, 2014).

1.4 METODOLOGIA

O método científico é um conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Baseada neste preceito esta monografia tem como propósito entender o funcionamento dos Investimentos Diretos Externos, para isso se utilizará o método descritivo exploratório visando descrever o comportamento dos fluxos de IDE, não enfocando nos investimentos de portfólio. O estudo é feito para o Brasil e demais países do BRICS. Para atingir tal objetivo utiliza-se uma ampla variedade de materiais didáticos, como artigos, dissertações, teses de mestrado e livros que atendem os objetivos traçados neste trabalho.

Para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso é traçado um objetivo geral que contém três objetivos específicos que auxiliam na compreensão dos fenômenos relacionados a IDE, em conjunto com aspectos relacionados ao ambiente econômico que envolve esse tipo de investimento.

Na construção do primeiro objetivo utiliza-se o método teórico-descritivo pelo qual é possível analisar a dinâmica do fenômeno da globalização e suas diferentes visões. Também se procura explicar as teorias de IDE inseridas no contexto acima explicado. Para a elaboração deste objetivo utilizaram-se materiais bibliográficos de diversas linhas de pensamento como Hymer (1960), Vernon (1966), Kindelberger (1969), Caves (1971), Akamatsu (1972), Dunning (1976), Jan Johanson and Jan-Erik Vahlne (1977), Buckley e Casson (1976), Ghauri (1976), Hennart (1982), North (1990), Porter (1990), Brewer (1993), Helleiner (1994), Francois Chesnais (1996), Dunning (2000), entre outros.

Para a elaboração do segundo objetivo específico faz-se uso do método analítico comparativo para averiguar sobre a trajetória do Investimento Direto Externo no Brasil e nos outros países do BRICS ao longo das décadas de 80, 90 e dos anos 2000 até o ano de 2015. Para alcançar esse objetivo, primeiramente, deve-se compreender a relação existente entre IDE e essas mudanças econômicas, em ambientes de negócios diversificados. O referencial bibliográfico que se fez uso para a exploração deste objetivo vincula-se a trabalhos de Gonçalves (1994), Cristini e Amal (1996), Laplane e

Sarti (1997), Amal, Seabra e Sugai (1997), Lacerda (1998), Gonçalves (1998), Carneiro (1999), Kojima (2000), Lopes (2001), Mudambi e Navarra (2002), Bevan (2004), Nonnemberg e Mendonça (2004), Pereira (2007), Coraza (2009), Dal Soto; Alves e Bulé (2014) entre outros.

Finalmente para a obtenção do terceiro objetivo usa-se um método analítico- comparativo com o propósito de realizar uma avaliação comparativa entre os fluxos de IDE do Brasil com os demais países dos BRICS. Para a obtenção desses dados se recorreu a fontes de informações fidedignas tais como a UNCTAD, Banco Mundial, FMI, Os dados coletados para esta avaliação se apoiaram metodologicamente em informações do Banco Central do Brasil (BCB) para os censos de 1996, 2001, 2006, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, nas recomendações da sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6) do FMI. Também tendo como suporte informações pertinentes do IPEA Data, e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), UNCTAD, Fundação *Heritage*, e Banco Mundial.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Introdução

Neste capítulo apresenta-se uma síntese teórica do fenômeno da globalização e alguns de seus desdobramentos, como os diferentes tipos de globalização, características específicas da globalização no final do século XX e começo do século XXI e como as empresas multinacionais se comportam no mundo globalizado dado a crescente importância dos mesmos.

Ademais se apresenta algumas das principais teorias de Investimento Direto Externo, como os modelos HKC, o modelo dos gansos voadores (*flying geese*) de Akamatsu e do ciclo do produto de Vernon como os precursores dos modelos sobre IDE. Logo, passando pelo modelo eclético de Dunning, o modelo Upssala e a mais atual abordagem institucionalista.

Esse referencial teórico é de vital importância para que nos seguintes capítulos possa ser realizada uma relação causal entre as teorias de investimento direto explicadas neste capítulo com o contexto de investimento direto realizado no mundo na atualidade.

2.2 A Globalização e o Investimento Direto Externo

A globalização tem sido fonte de fortes controvérsias e divergentes opiniões sobre o fato de este fenômeno apresentar aspectos positivos e aspectos negativos. Inovações tecnológicas em conjunto com o avanço em questões financeiras tem desempenhado um papel fundamental na consolidação deste sistema. Ao mesmo tempo em que os fatores mencionados acima do mesmo modo que agem a favor do sistema, agem no sentido de dificultar o processo de homogeneização do mesmo, tornando-o totalmente heterogêneo.

No âmbito econômico verifica-se a importância do termo, principalmente na década de 90 onde esse processo começou a se intensificar,

principalmente com a abertura comercial do Brasil e dos países do BRICS que começavam nessa década o seu processo de desenvolvimento. (CRUZ, 2001)

Por esse motivo é de vital importância padronizar ou tentar definir alguns aspectos teóricos da globalização para que sua compreensão seja mais clara e logre-se chegar a considerações mais tangentes sobre a mesma. Citando caso análogo, essa globalização traz consigo, novas e modernas formas de produção organizadas, segundo Gonçalves (1994, p.15):

O avanço do progresso técnico tem sido tão extraordinário que parece envolver uma ruptura de paradigma técnico-científico. Neste sentido, pode-se argumentar em termos de “destruição criadora” com a substituição de antigas por novas “combinações”, já seja em termos de produtos e processos, como em termos de métodos de organização da produção. Como resultado, o sistema produtivo é afetado por mudanças drásticas, que *inter alia* tem levado à reestruturação produtiva a nível mundial e a alterações dos padrões de concorrência e dos níveis de competitividade.

Levando esses fatores em consideração procura-se entender o processo chamado por alguns de globalização ou mundialização. O francês Francois Chesnais usa o segundo termo e o descreve como um processo de acumulação de capital que se dá devido às operações de capital não só na sua forma industrial, mas também na sua forma financeira. Este nos apresenta características marcantes para esse fenômeno de fim de século onde se destacam: taxas de crescimento do PIB muito baixas, inflação e deflação, instabilidade conjuntural e no sistema monetário como um todo, desemprego, marginalização de certas regiões e precarização do trabalho. (CHESNAIS, 1995). Todas essas características decorrem desse novo sistema de acumulação de capital da assim chamada, por este, de mundialização.

Segundo Cruz (2001) globalização entende-se por uma livre mobilidade de capitais e desregulamentação financeira, entretanto sabe-se que a globalização envolve um processo mais amplo do que esse, conhecido como um estágio mais avançado do processo histórico de internacionalização. Nessa análise verificam-se certas características como; mudança tecnológica forte e desigual, ausência de um padrão monetário estável, e aumento significativo dos fluxos financeiros entre os agentes. A grande maioria dos autores que analisam a globalização consideram que o principal elemento na estrutura da mesma é o grau de mobilidade de capitais.

No que tange a mobilidade de capitais muitos autores adotam a tese de Helleiner (1994), que afirma que essa mobilidade não pode ser considerada como um resultado natural do desenvolvimento ou que esta deriva do progresso tecnológico. Pelo contrário, este diz que a livre mobilidade dos capitais é resultante de iniciativas concretas do Estado e de grupos econômicos específicos.

Coraza (2009), por exemplo, diz que o processo de globalização é movido por três fatores interligados: o acúmulo do volume de reservas monetária e financeira, na forma de ativos de diferentes graus de liquidez; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada por avanços tecnológicos específicos nas áreas de informática e telecomunicações e finalmente pelo regime de taxas de câmbio flutuantes que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos.

A globalização não é um fenômeno individual e isolado segundo Gonçalves (1998); podem ser identificadas três diferentes formas de globalização que, não obstante, estão interligadas entre si, sendo elas: a globalização comercial, a globalização produtiva e a financeira.

A globalização comercial refere-se a todo processo de integração comercial entre os diferentes mercados nacionais. Os resultados deste tipo de globalização são notados especificamente na relação existente entre comércio mundial e PIB. Historicamente o comércio entre as nações tem sido considerado como um dos principais conectores de economias de diferentes países. Este tipo de comércio se intensificou no último quartel do século XX, pois o incremento das inovações tecnológicas tem colaborado significativamente para isso.

Outra forma assumida pela globalização diz respeito ao investimento de empresas multinacionais em um país, ou seja, investimento produtivo. Esta forma de globalização se dá principalmente através dos fluxos de Investimento Direto Externo, objeto de estudo deste trabalho, e dos contratos, também através da participação do país no comércio internacional. Segundo Gonçalves (1998), a globalização produtiva é caracterizada por três processos distintos: o crescimento da internacionalização da produção; o aumento da concorrência em escala internacional e a intensificação da interligação entre as estruturas de produção nacional.

Este tipo de globalização também pode ser compreendido pela relação entre a produção mundial e PIB mundial e principalmente pela relação íntima com a questão tecnológica organizacional, questão esta que faz parte de um conjunto de estratégias das empresas multinacionais para fazer frente a um mercado cada vez mais competitivo.

De acordo com Lacerda (1998), o impacto das tecnologias de informação sobre as formas de organização da produção implicou em mudanças não só no âmbito microeconômico como nas estratégias empresariais utilizadas. Esse novo paradigma organizacional da produção tornou a capacidade de produzir, aperfeiçoar e inovar o principal ativo estratégico das empresas multinacionais.

Por fim a última forma apresentada por Gonçalves (1998) é a globalização financeira. Esta tem se tornado muito significativa nos últimos anos ao ponto de que o adjetivo “financeiro” tenha se tornado um substantivo neolinguístico à “financeirização”. Esta financeirização do capital acontece através de fluxos de capitais em bolsas de valores, fundos de investimento ou derivativos. Uma das principais características desta globalização é a integração dos mercados financeiros locais com os internacionais (PRADO, 2001). Segundo Gonçalves *et al* (1998), a globalização financeira é caracterizada a partir de processos distintos: o aumento dos fluxos de recursos financeiros entre os países do mundo; e entre os sistemas financeiros dos países.

Este crescimento financeiro se deu de forma acentuada nas décadas de 1980 e 1990, principalmente pela abertura das principais economias para o comércio mundial. Para Chesnais (1996) existem dois fatores determinantes para a aceleração que levou à globalização; primeiro a desregulamentação financeira acompanhada do desenvolvimento das inovações tecnológicas que eram instigadoras do desenvolvimento constante da globalização.

Alguns autores como Gonçalves (2000) consideram a existência de um quarto tipo de globalização, a globalização tecnológica, esta envolve em grande medida, a transferência de conhecimento ou *know-how*, ou seja, o conhecimento tácito e implícito que de forma conjunta podem somar para o desenvolvimento econômico.

Alguns autores como Dunning (2000) afirmam que a globalização e os avanços tecnológicos são as características principais do início de um novo paradigma que surge no final do século XX e princípios do século XXI. O Quadro 1 sintetiza alguns dos pontos principais que indicam essa mudança de paradigma.

Quadro 1 - Principais características da globalização do final do século XX e início do século XXI.

Liberalização dos mercados	<ul style="list-style-type: none"> a. Afeta as economias de países em desenvolvimento. b. Afeta as economias dos países como um todo.
Avanços tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Transporte e comunicações (relacionados a maior velocidade, menores custos e maior qualidade). b. Outros.
Mudanças ideológicas (pré- 1980)	<ul style="list-style-type: none"> a. Reconfiguração de sistemas de crenças dominantes e <i>mindsets</i> de muitas sociedades.
Crescimento relativo da aliança do capitalismo e cadeias de empresas	<ul style="list-style-type: none"> a. Intra-firmas. b. Inter-firmas c. Interorganizações (ex.: entre governos, ONGs e empresas).
Experiência de aprendizados	Trajatórias do passado
Surgimento de novos atores no cenário da economia mundial	Especialmente China e Índia, dois dos países que compõe os BRICS.
Novas considerações dadas às novas estruturas institucionais das sociedades como determinantes de desenvolvimento econômico.	

Fonte: Dunning (2006).

O Quadro 1 ressalta que liberalização dos mercados junto com os avanços tecnológicos e as mudanças ideológicas que ocorreram a partir da década dos anos 80 interagiram para que as economias dos países desenvolvidos e também a dos países em desenvolvimento, com especial ênfase nos países do

BRICS, sofressem algumas mudanças em suas estruturas reconfigurando sistemas estabelecidos e respeitados por algumas décadas. Surgindo assim novas considerações dadas as novas estruturas institucionais das sociedades como determinantes de desenvolvimento econômico.

Em um mundo globalizado como o de hoje é de vital importância a presença de investimentos externos em um país, já sejam investimentos diretos ou em carteira, mas para não fugir do escopo deste trabalho analisa-se os investimentos diretos estrangeiros.

De acordo com o (Fundo Monetário Internacional) FMI (2000) este tipo de investimento é subdividido em duas subcategorias:

- Participação no capital, que é referente aos recursos adquiridos por uma empresa sediada em outro país de capital externo, esta participação no capital tem ligação direta com o capital social de uma empresa.
- Empréstimos inter-companhias, refere-se a créditos concedidos pelas matrizes, sediadas no exterior a suas filiais estabelecidas em outro país.

Em síntese, pode-se dizer que o crescimento de IDE relaciona-se com o processo de globalização. A mesma liquidez que em tempos anteriores aumentava a turbulência e a volatilidade dos mercados também propiciou a inflação de ativos e sustenta a intensificação da globalização. Por esse motivo torna-se cada vez mais difícil separar globalização financeira da produtiva ou da comercial, estas são interdependentes e complementares entre si. É o mesmo acontece com o IDE num contexto de globalização (LACERDA, 1998).

Para tentar entender melhor essa relação existente entre IDE e globalização na próxima seção serão abordadas algumas das principais teorias de IDE desde suas primeiras abordagens até algumas teorias mais atuais.

2.3 Teorias do Investimento Direto Externo

2.3.1 Primeiras Abordagens

Embora o Investimento Direto Externo tenha sido tratado por grandes teóricos da economia como Adam Smith e John Stuart Mill, foi em 1933 que Ohlin desenvolveu uma teoria específica para o tema. Este autor argumentava que o IDE era motivado por altas taxas de lucros oferecidas pelas economias em desenvolvimento e pela facilidade de captação de recursos com baixas taxas de juros no país de origem (NONNEMBERG; MENDOÇA, 2004).

Outros elementos determinantes de IDE seriam a possibilidade de ultrapassar barreiras comerciais e também adquirir novas fontes de matérias primas.

Para poder entender essas teorias não se pode deixar de observar a história econômica ao longo das últimas décadas. A reestruturação da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial gerou uma série de mudanças na forma como as empresas começaram a ver os mercados. Estas empresas deixaram de olhar somente para o mercado interno e começaram a ter mais interesse no mercado externo, com isso, estas empresas agora se tornariam empresas multinacionais (EMN's).

Mudanças tecnológicas, processos de integração dos mercados, maior importância a pesquisa e desenvolvimento são alguns dos principais aspectos a serem investigados para tentar compreender esse comportamento econômico, que daria origem a uma nova forma de investimento, o investimento direto externo (AMAL; SEABRA; 2007).

Nonnemberg e Mendonça (2004) afirmam que existem vários momentos dentro dessas novas teorias de IDE. Em um primeiro momento surgem as teorias que explicam os deslocamentos das EMN's em função das vantagens compensatórias. Stephen Hymer, economista canadense (1960) é um dos primeiros a perceber uma nova movimentação da economia mundial em se tratando de empresas que investem além dos limites nacionais. Este afirma que se as mesmas têm capacidade e interesse de competir com as empresas nacionais, que supostamente deveriam ter mais conhecimento e uma

vantagem de *know-how* sobre as primeiras, por que existe uma série de vantagens compensatórias envolvidas. As vantagens compensatórias mencionadas por Hymer são:

- Concorrência imperfeita, permitindo a diferenciação de produtos. Esta se pode ver no chão de fábrica, ou seja, uma relação industrial.
- Concorrência imperfeita no mercado de fatores, isto é, acesso a conhecimento patentado ou próprio, discriminação ao acesso ao capital ou a diferenças de capacitação.
- Economias de escala internas ou externas, inclusive as dadas por integração vertical.
- Intervenção governamental, como restrições as importações.

Ocorrendo essas vantagens as empresas irão preferir externalizar suas atividades a investir na produção interna, que não terá condição de competir com empresas localizadas no mercado potencial. Kindleberger, em 1969, aprofunda a teoria de Hymer afirmando que não é o comportamento das EMN's que irão determinar a estrutura dos mercados, e sim a estrutura dos mercados que determinarão a linha de comportamento que as empresas devem seguir.

Assim como Kindleberger, Caves elaborou em 1971 uma análise própria desse novo tipo de investimento, porém, baseando-se na teoria inicial de Hymer. Este também afirma que a própria estrutura dos mercados é o que realmente justifica o porquê da realização de investimentos diretos. Este, ao mesmo tempo, justifica a existência de IDE pela diferenciação do produto, barreiras à entrada, patentes de licenciamento, entre outros (NONNEMBERG; MENDOÇA, 2004). Estes três economistas auxiliaram na compreensão de um fenômeno novo. Estas três distintas abordagens formam o modelo HKC.

Continuando esta nova abordagem de "organização industrial" também temos a visão de Buckley e Casson (1976) que partem da ideia de que os mercados de produtos intermediários são imperfeitos apresentando altos custos de transação quando a administração é feita por empresas diferentes. Sendo assim, surge o papel das EMN's, que seria o de minimizar esses custos através da inserção de seu capital. Segundo Buckley e Casson (1976) a estratégia da internalização da produção surge do fato de existir mercados imperfeitos. Estes afirmam que as EMN's possuem direitos de propriedade que

tem um elevado custo de transferência. Dessa forma a imperfeição dos mercados torna os custos de transação muito altos quando realizados por empresas distintas.

Nonnemberg e Mendonça (2004) também indicam que não são somente os fatores de produção que incentivam a decisão de investir. Também influenciam em tal decisão as alterações políticas, sociais, as atividades de P & D (pesquisa e desenvolvimento) e as mudanças nos padrões de demanda..

Outros autores que elaboram um modelo para tentar explicar IDE são Buckley, Casson e Ghauri (1976) que através de seu modelo mostram que o investimento realizado pelas EMN's são feitos buscando margens altas de lucro e considerando muitos aspectos para sua efetivação, como por exemplo, a internalização dos custos de transação (NONNENBERG; MENDOÇA, 2004).

Segundo Nonnemberg e Mendonça (2004), esta teoria enfoca nos mercados de produtos intermediários ao afirmar que as EMN's entram nos diferentes mercados como produtoras a fim de minimizar seus custos de transação. Segundo Gonçalves et al (1998), esse comportamento também funciona como barreira para impedir o comportamento oportunista de empresas locais. Esse comportamento se dá no momento da elaboração de contratos onde a empresa multinacional transfere para a empresa local alguns ativos específicos como marca e patentes.

Uma terceira linha teórica é a dos economistas Kaname Akamatsu (1962) e Raymond Vernon (1966), que analisam o IDE através de uma ótica de localização. O modelo de Akamatsu ficou conhecido como O modelo dos gansos voadores (*Flying geese model*). Kojima (2000) considera esse tipo de IDE como um IDE pro-comércio. Este tem como característica ser realizado por uma firma de um país onde a indústria A encontra-se em desvantagem com a indústria B, por custos maiores, por exemplo. Neste caso esse tipo de IDE surge para melhorar a situação de ambos os países. De acordo com Kojima, a medida que este tipo de IDE é promovido, um estímulo de industrialização ao estilo ganso gansos voadores e transmitido conseqüentemente de seu ganso líder para os gansos seguidores , fazendo uma analogia com a teoria de Akamatsu. Esse comportamento traz como consequência mais comércio e crescimento econômico, ou seja, crescimento econômico liderado pelas economias líderes (KOJIMA, 2000, p. 383) .

Já o modelo de Vernon é conhecido como o modelo do ciclo do produto (*product-life cycle*). De acordo com os pressupostos deste modelo o produto enfrenta quatro etapas ao longo de seu ciclo: introdução, crescimento, amadurecimento e declínio. Na primeira etapa registram-se exportações para outros países, na segunda pode-se encontrar uma espécie de descentralização do produto, devido principalmente os custos muito elevados, a terceira etapa refere-se a translação para países em desenvolvimento do produto fabricado, principalmente por ver nessa exportação vantagens competitiva. E a última parte do ciclo é realizada quando a exportação desse produto alcançou um nível de maturidade tal que esta é feita para os países desenvolvidos (VERNON, 1971).

No quadro 2 se encontra um resumo das diferentes abordagens das teorias relacionadas a IDE e ao comportamento das EMNs. Segundo Cristini e Amal (2006) estas teorias deveriam integrar-se para providenciar uma explicação mais precisa no estudo dos diferentes movimentos relacionados a IDE e responder questões fundamentais relacionadas a estes como: por que são realizados, a decisão de onde realiza-los e como estes são feitos.

Quadro 2 - Teorias precursoras de IDE.

Autores	Modelo	O que diz o modelo
Hymer, Kindleberger e Caves	Modelo HKC das vantagens compensatórias.	O IDE realizado pelas EMNs é fomentado pelo fato de estas obterem vantagens compensatórias frente a investir o seu capital em empresas locais.
Buckley, Casson e Ghauri	Internalização de custos de produção.	As EMNs realizam o IDE com o proposito de evitar custos de transação elevados e o comportamento oportunista de produtores locais.
Akamatsu e Vernon	<i>Flying geese</i> (Gansos voadores). <i>Product-life cycle</i> (Ciclo do produto) Ambas referem-se a localização da produção.	Akamatsu vê o IDE com intuito unicamente produtivo de produzir externamente componentes de um mesmo produto em função do custo e da tecnologia. Vernon por sua vez diz que a produção é realocada através de IDE através da busca de lucro pelos menores custos de produção.

Fonte: Elaboração do autor baseado em Vernon (1966); Akmatsu (1962); Nonnemberg e Mendoça (2004); Cristini e Amal (2006) e Gonçalves (1998).

2.3.2 O modelo eclético de Dunning

Uma das principais teorias a ser abordada neste trabalho é o Modelo Eclético de Dunning, que também é conhecido por modelo OLI, do inglês *Ownership, Localization and Internalization*. Dunning (1976) afirma que este modelo aponta que tanto fatores geográficos, de propriedade ou composição industrial são determinantes na hora da tomada de decisão de empresas multinacionais.

Esta teoria indica que há uma interação entre os três sub-paradigmas mencionados acima. O primeiro se refere a vantagens competitivas das empresas multinacionais que realizam o investimento direto externo, *Ownership*. Este sub-paradigma afirma que, *ceteris paribus*, quanto maiores às vantagens competitivas das firmas, maior a probabilidade de aumento na produção. Pois, estas empresas procuram um porto seguro para investir seus capitais, estas empresas são chamadas de *profit seeking* (DUNNING, 2000)

Dunning (2000) divide estas vantagens em dois tipos: estáticas e dinâmicas. As vantagens de propriedades estáticas são determinadas pelos ativos que uma empresa possui em um determinado momento. Já as vantagens de propriedade do tipo dinâmicas são geradas pela capacidade da empresa de obter novas fontes de receita através de novos ativos.

O segundo sub-paradigma é relacionado as vantagens de localização ou *Localization*. Este ocorre quando as EMN's procuraram obter vantagens de localização em regiões, tais como: exploração de recursos naturais, de mão de obra barata, mercado interno atraente para investir e instituições que garantam a possibilidade de obter lucro.

O terceiro sub-paradigma, *Internalization*, oferece um modo de avaliação alternativo no qual as firmas podem organizar suas próprias linhas de criação e avaliação, dados os atrativos das diferentes regiões ou países em questão. Alguns dos principais fatores determinantes da internalização são: a existência de economias de escala na produção, a diminuição de riscos e incertezas e redução de custos de transação.

Além disso, o Modelo OLI fundamenta que uma utilização precisa dos sub-paradigmas por uma firma, pode ter uma forte representação contextual. Especificamente, relaciona-se com os contextos sócio-políticos e econômicos

da região ou país onde o investimento foi realizado. Baseado numa contextualização dessas variáveis ou sub-paradigmas Brewer (1993) identifica na teoria de Dunning (1976) quatro tipos primordiais de estratégias utilizadas pelas EMNs ao investirem no exterior, estas estão expostas no quadro 3.

Quadro 3 - Tipos de atividades de EMN's no estrangeiro.

1. <i>Market Seeking</i> (busca por mercados)	Feito em mercados estrangeiros particulares, ou seja, quando o investimento é concretamente orientado para um mercado específico.
2. <i>Resource Seeking</i> (busca por recursos)	Elaborado para ganhar acesso preferencial a certos recursos naturais de uma região ou país específico. Geralmente relacionado com produtos agrícolas, minerais e mão-de-obra especializada.
3. <i>Rationalized or Efficiency seeking</i> (busca por eficiência)	Feito para promover com maior eficiência a divisão do trabalho ou a especialização de uma carteira existente de investimento doméstico.
4. <i>Strategic asset seeking</i> (busca por recursos estratégicos)	Criado para proteger ou argumentar a existência da vantagem de propriedade das firmas, com isso tentando reduzir as vantagens dos seus competidores.

Fonte: Dunning (2006) baseado em Brewer (1993).

Segundo Amal e Seabra (2005) cada uma dessas buscas tem propósito específico interligado para atingir um nível de eficiência ótimo de uma EMN. A primeira delas a busca por mercados trata de orientar o investimento para um mercado particular e um setor específico. Este tipo de investimento tem um efeito de substituição de importação imediato.

A segunda busca trata de recursos orientados para reduzir custos de produção. Ou seja, busca-se a racionalização da produção em uma cadeia internacional de modo a tirar proveito de economias de escala e escopo. Por tanto o IDE neste caso é criador de comércio ao nível da firma, além disso, diferente da estratégia anterior estes projetos são direcionados tanto para o mercado interno como externo.

A terceira estratégia focaliza em ter acesso às matérias primas e mão-de-obra a um custo extremamente baixo. Neste caso o IDE é associado ao desenvolvimento de atividades de exportação de produtos intensivos nos recursos disponíveis nos países receptores. Finalmente, a quarta estratégia denominada *asset seeking*, busca por recursos, refere-se ao fato de empresas obter em ativos estratégicos através da instalação de novas fabricas, fusões, aquisições ou operações de *joint venture*. O objetivo desta busca é garantir a

cooperação de ativos estratégicos já existentes a partir de uma estrutura capaz de reduzir os custos a um valor mínimo.

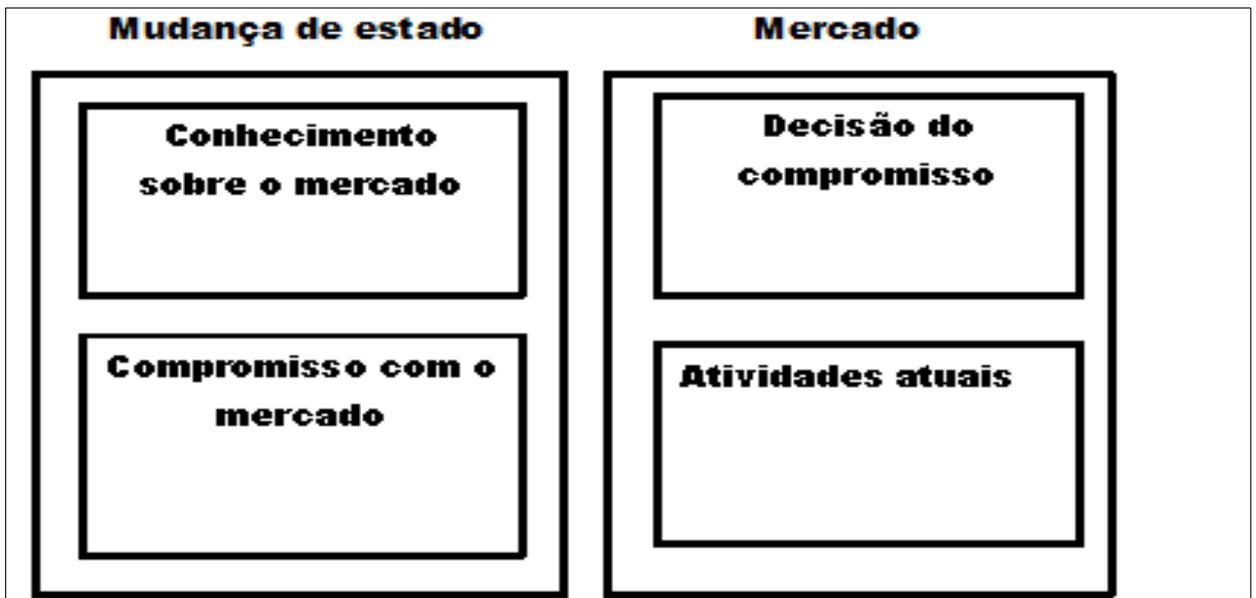
2.3.3 O modelo Uppsala

O modelo Uppsala de Internacionalização de Jan Johanson e Jan-Erik Vahlne, investiga o processo de internacionalização de firmas através da obtenção de conhecimento sobre novos mercados e comprometimento de recursos (JOHANSON; VAHLNE, 1977).

Este modelo foi publicado pela primeira vez por Johanson e Vahlne em 1977 e desde essa data este modelo foi revisado pelos próprios autores em conjunto com outros da mesma escola nórdica em 1992, 2002 e 2006. Os autores revisaram seu modelo corrigindo alguns detalhes que segundo seus critérios podiam ser melhorados. Em 2010 Figueira de Lemos se somou aos autores para revisar o modelo.

Através do processo de internacionalização das empresas nórdicas estes autores apontam alguns fatores que não haviam sido levados em conta por teorias anteriores. O principal se baseia nas redes de investigação e tem segundo estes, dois lados. O primeiro é que os mercados são redes de relações nas quais as empresas estão ligadas umas às outras. Porém, é necessário que estas empresas estejam em constante interação para que a internacionalização possa ser concretizada. Em segundo lugar as relações oferecem potencial para a aprendizagem e para a construção de confiança e compromisso. Ambos são pré-requisitos para a internacionalização, segundo Johanson e Vahlne (2009).

Na Figura 1 mostra-se o mecanismo básico de internacionalização de acordo com Johanson e Vahlne, (1977).



Fonte: Johanson e Vahlne (1977, p. 26).

Figura 1 - Mecanismo básico de internacionalização. Aspectos do estado e mudanças de empresas.

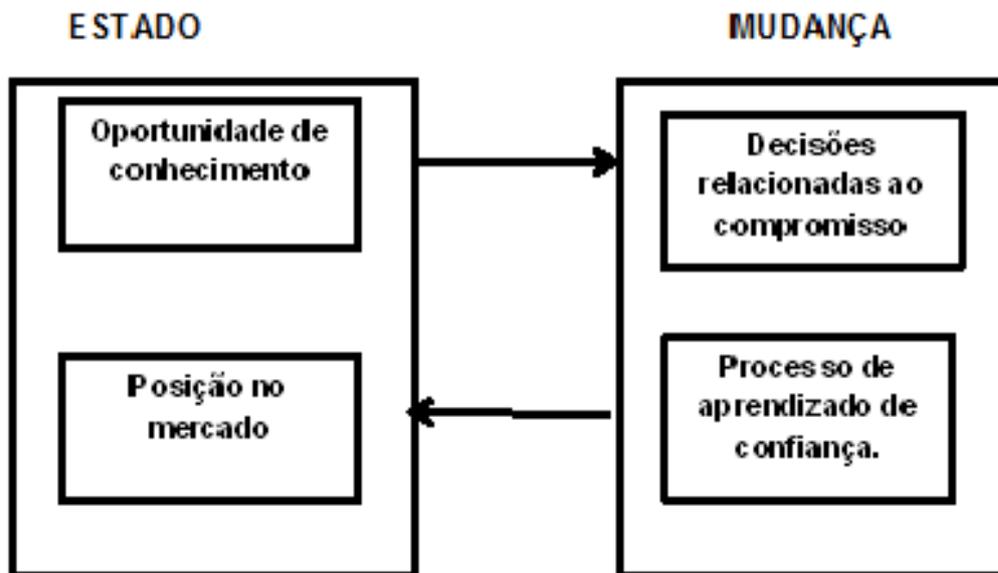
Este modelo tem sido considerado por alguns autores como comportamental para a teoria econômica, principalmente ao compará-lo com outras teorias como a teoria da internacionalização de Buckley e Casson (1976), a dos custos de transação de Hennart (1982) e o paradigma eclético de Dunning (1980).

O modelo Uppsala trata de como as EMN's escolhem os seus mercados externos "alvo" e a suas formas de entrada. Não obstante, os pressupostos deste modelo consideram que as EMN's iniciam suas atividades internacionais em países geograficamente próximos, posteriormente expandindo suas atividades para os mais distantes.

Os métodos de entrada nos mercados também ocorrem de forma progressiva, onde em um primeiro momento as empresas se envolvem menos nos mercados, a título de entendê-los e obter informação importante que ajude na tomada de decisão. Em um segundo momento, agora com conhecimento desse novo mercado, as EMN's se envolvem mais nos mercados onde se instalaram (DAL SOTO; ALVES; BULÉ, 2014).

Esse modo de internacionalização do capital é mostrado na Figura 2 onde se mostra passo a passo o processo. A teoria Uppsala enfoca em quatro

aspectos fundamentais que a firma deve enfrentar: conhecimento do mercado, compromisso com o mercado, decisões baseadas nesse compromisso e atividades atuais. Estes aspectos são divididos em estados e mudança e interage um com o outro no que parece ser um ciclo.



Fonte: Johanson e Vahlne (2009).

Figura 2 - Modelo do processo de internacionalização das EMNs. Versão 2009.

2.3.4 A abordagem Institucionalista

Esta abordagem procura mostrar a importância das instituições para explicação dos níveis de IDE. Esta abordagem centra-se em estratégias de localização dos investimentos, criação de ambientes favoráveis para a atração de IDE, entre outros (PEREIRA, 2007). O ambiente institucional representa uma parte fundamental para explicar os fluxos de capitais em uma economia, de acordo com esta abordagem. De acordo com Mudambi e Navarra (2002) o ambiente institucional inclui:

- Instituições políticas: tipo de regime, a estrutura nacional da decisão política e o sistema judicial;
- Instituições econômicas: a estrutura dos mercados nacionais de fatores e os termos de acesso aos fatores de produção internacional;

- Fatores socioculturais: as normas informais, costumes, hábitos e religião.

Como consequência desta abordagem, as Empresas Multinacionais (EMN's) seguem uma estratégia de penetração no mercado através do IDE não apenas para explorar os recursos já existentes nos países receptores, mas também para aumentar as suas próprias competências através da interação com diversas instituições locais. Ou seja, dentro de uma perspectiva global, investidores buscam localizações cujos ambientes institucionais facilitem o desenvolvimento de suas vantagens específicas de propriedade em nível global (BEVAN; *et alii*, 2004).

Segundo North (1990), as instituições devem ser encaradas como as regras do jogo em uma sociedade, conseqüentemente, mudanças institucionais devem ser encaradas como a chave para o entendimento de como as sociedades se desenvolvem ao longo do tempo. Segundo a abordagem institucionalista há uma distinção entre instituições formais e instituições informais. E as instituições das organizações ou organismos que compõem distintos agentes dentro de uma sociedade.

As instituições formais representam as regras ou normas escritas de uma sociedade, ou o que se pode considerar as leis e/ou decretos nas sociedades modernas. As instituições informais por sua vez são representadas por padrões ou convenções sociais que não se apresentam de forma escrita ou codificada, são os costumes, regras morais ou religiosas estabelecidas de antemão por uma determinada sociedade.

Seguindo a analogia de North, todo jogo precisa de jogadores e no jogo de North² não é diferente, pois, os jogadores seriam os organismos ou instituições de um país. Segundo o autor, o propósito das regras deste jogo é definir padrões de comportamento para que o “jogo” possa ser jogado, ou seja, para que os investimentos possam ser realizados sem prejudicar nenhuma das partes envolvidas (PEREIRA, 2007).

² Metaforicamente falando North (1998) afirma que as instituições formais e informais e a forma como evoluem representam as regras do jogo e as empresas e organizações são, portanto, os jogadores. (LOPES, 2013)

Esta abordagem institucionalista é tão importante e de tal relevância para a teoria econômica empresarial que em 2006, Dunning acrescenta as instituições ao seu modelo, o paradigma eclético. Os aspectos modificados são: as vantagens de propriedade de ativos institucionais, vantagens institucionais de localização e vantagens institucionais de internalização.

3. CONTEXTO DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NO MUNDO

3.1 O IDE no período pós- Segunda Guerra Mundial

Logo após a Segunda Guerra Mundial pode-se observar um processo de internacionalização de empresas nacionais das grandes potências da época (EUA, Japão e países europeus). Estas empresas que se transformaram ao longo das seguintes décadas nas conhecidas Empresas Multinacionais (EMNs).

Esta internacionalização da produção é um fenômeno relativamente novo que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, porém, se intensificou a partir dos anos 60, quando empresas - geralmente de países desenvolvidos - deslocaram sua produção para países no exterior. Inicialmente as empresas multinacionais se estabeleceram no exterior com o propósito de obter acesso a insumos de produção básicos, que nos remetem a teoria de Dunning (2006), *natural resource seeking*, ou busca por recursos naturais (MICHALET, 1983).

Em nível internacional as décadas iniciais de forte imersão de IDE nas economias de diversos países se deu de forma abrupta e com um crescimento vertiginoso. Em 1970 o IDE mundial era de US\$ 13,2 bilhões, já no final da mesma década o ingresso de IDE mundial alcançava valores de US\$ 41,8 bilhões. Esse aumento no fluxo de IDE representa um crescimento de 318% na década de 1970. Já na década de 1980 esse crescimento atingiu valores percentuais de 364%, passando de US\$ 54,1 bilhões em 1980, a US\$ 197,3 bilhões em 1989.

TABELA 1 - Fluxo de investimentos mundiais na década de 1970, em US\$ bilhões.

Economias	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Mundo	13,2	14,2	14,8	20,3	23,8	26,3	21,9	27,04	34,2	41,8
Economia em desenvolvimento	3,76	3,59	3,25	4,89	2,21	9,53	6,39	6,90	8,87	8,11
Economias desenvolvidas	9,49	10,65	11,50	15,56	21,65	16,85	15,53	20,13	25,36	33,77

Fonte: UNCTAD (2013).

Nas Tabelas 1 e 2 pode-se notar que os volumes de IDE no mundo além de crescerem a taxas elevadas demonstraram um ritmo significativamente acelerado, esse ritmo foi acompanhado pelos países em desenvolvimento e pelos países desenvolvidos também.

TABELA 2 - Fluxo de investimentos mundiais na década de 1980. Valores em US\$ bilhões.

Economias	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Mundo	54,39	69,58	58,22	50,39	56,16	55,83	86,69	13,68	16,42	19,69
Economia em desenvolvimento	7,39	2,38	2,64	1,76	1,69	1,40	1,58	2,17	3,05	3,03
Economias desenvolvidas	4,69	4,57	3,17	3,26	3,91	4,17	7,08	11,5	13,3	16,6

Fonte: UNCTAD (2013).

Observando-se as tabelas, percebe-se que na década de 1970 existe um período de estagnação que se dá devido à crise do petróleo, também ocorre uma falha na estratégia utilizada pelo FED (Federal Reserve) na tentativa de reverter os déficits comerciais americanos através de uma gradual desvalorização do dólar. Este fato teve grande repercussão mundial e, por certo, afetou os ingressos de IDE no mundo.

Na década de 1980 também há um período de estagnação dos fluxos de IDE, nos anos de 1982 a 1985, isto ocorreu principalmente devido a uma política fortemente contracionista na economia americana, que ainda não havia se recuperado completamente do período recessivo da década anterior. No início da década de 1980 os EUA tentam reverter à situação da economia reduzindo às taxas de juros, para poder elevar o fluxo financeiro a seu favor. As demais economias dos países desenvolvidos acompanham esta política, desencadeando uma elevação geral dos juros e redução dos investimentos (CURADO, 2006).

Segundo Silva (2006) os Investimentos Diretos Externos assumiram um papel de maior importância na década de 1980, passando a ter uma preponderância maior frente aos antigos empréstimos bancários, passando a ter alterações significativas não só em seu volume, mas também em sua composição e diversificação.

A década de 80 apresentou crescimento do fluxo de IDE, sob a forma de fusões e aquisições realizadas basicamente pelos países da tríade: Estados

Unidos, União Europeia e Japão. Uma grande mudança ocorreu nesta década com respeito à estes países, sendo que o Japão se transformou no país preponderante em termos de investimento, passando os Estados Unidos como principal investidor mundial (DEVAI; COSTA, 2015).

Em síntese, para Silva (2006), a dinâmica dos Investimentos diretos externos realizados na década de 1980 foi baseada em seis principais fatores: primeiro as altas taxas de crescimento das principais economias da época, países da tríade, (EUA, Japão e Alemanha) entre outros países asiáticos, logo, o surgimento do Japão como economia forte e com grande potencial investidor no cenário mundial.

Também estão o aumento das fusões e aquisições externas, relacionadas com as novas tecnologias globais, os mecanismos de cooperação internacional em um ambiente específico, a desregulamentação estrangeira internacional, disponibilizando os recursos que foram adquiridos com as fusões e aquisições realizadas pelas EMNs, o desenvolvimento dos setores de serviços, principalmente aqueles ligados as finanças e a indústria e as mudanças no modo como o IDE é recebido politicamente pelos países receptores, visando uma maior integração político-econômica para a atração e manutenção de grandes fluxos de IDE.

3.2 IDE no contexto de liberalização

A década de 1980 é início dos anos de 1990 foram marcados no plano internacional por profundas transformações econômicas, dentre essas transformações se encontram o aprofundamento das relações comerciais entre as nações, o crescimento dos fluxos de capitais, não só especulativo, mas também investimento de longo prazo, que é o objeto deste trabalho e o acirramento da competição de grandes empresas multinacionais (EMNs), são elementos chaves deste novo processo econômico chamado globalização (CURADO, 2012).

Esse processo de liberalização econômica ocorrido com a abertura dos mercados internacionais, por Margareth Thatcher e Ronald Reagan no início dos anos de 1980, teve uma presença acentuada de investimentos diretos de longo prazo. Segundo Tavares (1992) a política do dólar forte teve um papel fundamental na década de 80 que foi um período de recessão mundial. Com tudo pode-se dizer que o processo de liberalização econômica se deu em um momento em que ocorriam muitas mudanças. Principalmente, em termos de novos atores internacionais, que surgiam para fazer mais fortes as economias desenvolvidas de época e, além disso, era um momento de uma mudança no paradigma tecnológico da época (CURADO, 2012).

Também segundo Curado (2012) o enfraquecimento do dólar e a valorização do iene dada a partir de 1985, junto com a *catching up* tecnológico empreendido pelas empresas japonesas foram fatores muito relevantes para a compreensão de um dos fenômenos econômicos da década de 80, que foi a entrada de EMNs japonesas no mercado americano.

Para Curado e Cruz (2012, p. 286-7),

em síntese, os anos 80 e a primeira metade da década de 90 foram marcados no plano internacional pelo acirramento da competição em nível global, que concretamente se traduziu em uma fase de expansão significativa dos investimentos das grandes EMNs em escala global. Isso, com destaque para a ampliação da participação das economias japonesas e alemãs enquanto exportadoras de capital produtivo (...). Por fim, tais investimentos dirigiram-se essencialmente às atividades de serviços na forma de fusões e aquisições de empresas preexistentes.

Já na década de 1990, ocorreu um fenômeno inverso com respeito aos Investimentos Diretos Externos, há um declínio dos mesmos em termos mundiais, no ano de 1990 o IDE mundial se encontrava em US\$ 207,5 bilhões, em 1991 esse valor caiu para US\$ 154 bilhões, e em 1992 houve uma primeira recuperação nas entradas mundiais de IDE havendo ingressos de US\$ 165,9 bilhões, porém, o valor alcançado em 1990 somente foi superado no ano de 1993 com um fluxo mundial de US\$ 223 bilhões de dólares (UNCTAD, 2000).

Silva (2006) apresenta cinco fatores que levaram ao declínio dos fluxos mundiais de IDE na década de 1990, estes são: a recessão econômica nos países desenvolvidos, a acomodação nos processos de fusões e aquisições, queda de rentabilidade das filiais estrangeiras operando nos Estados Unidos, incertezas relacionadas ao processo de unificação da Europa incipiente e a

redução das taxas de juros internacionais, que diminuíram o interesse dos países de investir, principalmente no setor de serviços financeiros.

A Europa teve um declínio de 60% nos fluxos de IDE, seguido pelo Japão que respondeu por um decréscimo de 35%, porém, os Estados Unidos ao contrario destes conseguiu manter o nível de investimento realizado no exterior, inclusive ganhando destaque a nível internacional, principalmente, pelo fato de seus principais concorrente terem apresentado resultados negativos (UNCTAD, 2000)

Uma retomada massiva nos fluxos de IDE mundiais se da a partir da segunda metade dos anos 90, impulsionada principalmente, pelos movimentos de liberalização financeira, da regulamentação dos investimentos externos no comércio e na tecnologia em vários países. Juntamente com este movimento forma observados alguns programas de alteração estrutural em vários países que levaram a modificações em nível de Estado, diminuindo as funções deste face as privatizações iminentes na segunda metade dos anos de 1990 (DEVAI; COSTA, 2015).

Nesta mesma década de 1990, houve uma reorganização dos principais investidores mundiais os Estados Unidos recuperando o seu lugar hegemônico, passando o Japão e alguns países europeus que estavam a sua frente no início dos anos 90. Durante o período de 1994 a 2003 pode-se perceber um forte predomínio dos países desenvolvidos como receptores de IDE, como se pode verificar na tabela 3.

TABELA 3 - Fluxo de investimentos mundiais de 1994 à 2003. Valores em US\$ milhões.

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
IDE Mundial	256,0	342,8	390,9	487,8	706,2	1.091,4	1.400,5	827,6	627,9	586,96
Países Desenv.	150,5	222,03	236,03	285,40	508,74	852,12	1.137,99	601,24	443,43	376,80
Países em Desenv.	103,38	116,21	148,99	192,11	189,40	230,71	255,50	216,86	173,28	190,12

Fonte: UNCTAD,(2013).

Pode-se perceber na Tabela 3 que há uma redução dos países em desenvolvimento na participação no fluxo de investimentos mundiais. A participação que era de 40% em 1994, passa para menos de 20% no início dos anos 2000. O período de 1994 à 1999 é marcado por forte instabilidade nos

países em desenvolvimento devido a uma série de crises estruturais decorrentes de problemas com taxas de câmbio, taxas de juros e baixo níveis de reservas externas.

Segundo Silva (2006) essa série de modificações estruturais fez com que o IDE deve-se ser analisado com mais atenção e cautela a partir do início dos anos 2000, pois, a década de 1990 só provou que o Investimento Direto Externo é uma realidade em termos mundiais é os fluxos de IDE globais tem um lugar de destaque a partir dos anos 1990 e 2000.

3.3 Estudos sobre investimento direto externo no mundo

O Investimento Direto Estrangeiro é segundo a UNCTAD (2000), uma forma de investimento envolvendo um relacionamento que demonstra um interesse de longo prazo do investidor. Além disso, o investimento direto possui como característica principal o fato de o investidor deve deter mais de 10% no poder de decisão da companhia. Essa característica evidencia um grau de irreversibilidade do IDE.

Na década de 1990 esperava-se que o IDE atuasse como um componente mais estável de um novo padrão de financiamento de longo prazo, baseado na atração de fortes influxos de poupança externa que atuariam como parte fundamental da economia rumo a um desenvolvimento com grande ênfase nas exportações e numa base produtiva mais especializada e com maior nível tecnológico (UNCTAD, 2000).

Porém, a fragilidade das cadeias produtivas locais em conjunto com estratégia econômica de juros altos e câmbio desvalorizado que serviam como os principais atrativos para um capital em busca de lucro certo, forma alguns dos principais fatores que nos mostram o motivo da inserção do capital estrangeiro no Brasil e de estes grandes fluxos de capitais não ter levado o Brasil a alcançar um nível mais alto de desenvolvimento econômico (SARTI e LAPLANE, 2002)

Em tempos de globalização, o IDE faz parte da economia dos países em desenvolvimento. Um ponto importante a ser observado é se os países

desenvolvidos continuam sendo o principal alvo dos fluxos de IDE, ou os países em desenvolvimento, como o Brasil e os demais membros do BRICS, estão assumindo um papel importante neste tipo de investimento. Estas economias são responsáveis por mais de 30% dos fluxos recebidos de IDE, global. (UNCTAD, 2013 p. 4).

Na Tabela 4 nota-se que apesar do crescimento de estoque de IDE nos países em desenvolvimento e nos países emergentes, como os países do BRICS, os países desenvolvidos continuam detendo a maior parcela de estoques de IDE mundial. A tabela mostra valores dos anos de 2005, ano anterior a o primeiro ano de análise deste trabalho, passa pelo ano de 2010, marco importante por estar inserido logo após a crise *sub-prime* e o ano de 2015, ano final da análise deste trabalho.

TABELA 4 - Estoque de IDE nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, 2005-2015, em milhões de US\$.

País / grupo	2005	2010	2015
BRIC*/(S) ³	768.539	2.077.524	2.372.516
Países desenvolvidos América, Ásia, Europa, Oceania	8.145.333	13.443.850	16.007.398
Países em desenvolvimento América, Ásia, Europa, Oceania	2.252.606	6 042 538	8.374.428

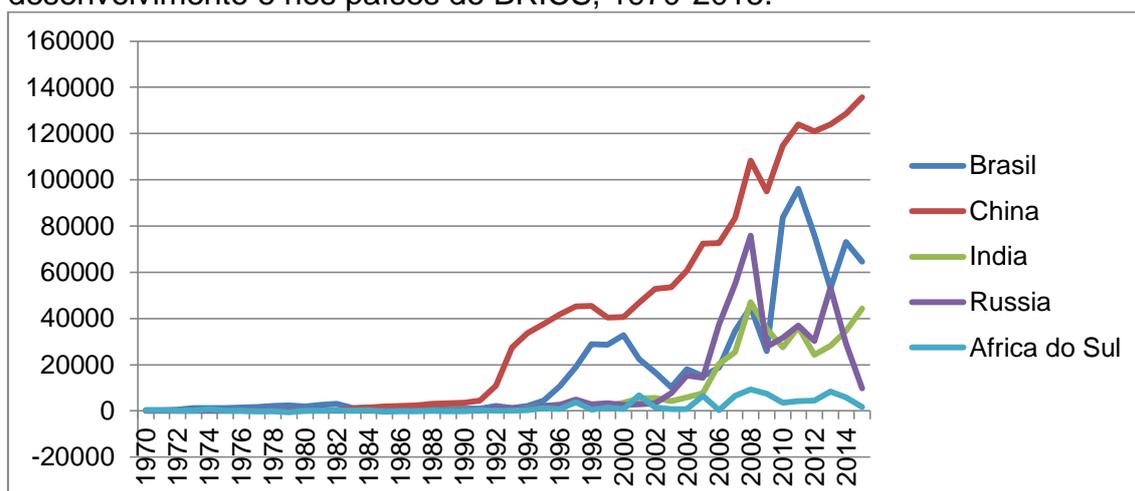
Fonte: Elaboração própria com base em UNCTAD STATS.

Nota-se que os países desenvolvidos ainda são os maiores possuidores de estoques de IDE ao longo deste último decênio. Porém, os países em desenvolvimento vêm ganhando participação, sobretudo os países que compõem o grupo BRICS.

A Tabela 4 apresenta a evolução dos estoques de IDE nos países desenvolvidos e países em desenvolvimento ao longo das últimas décadas, englobando América, Europa, África e Oceania e os países que formam parte do BRICS. O gráfico 1 também permite uma abordagem histórica para tentar se entender melhor a evolução dos estoques de IDE desde a década dos anos 70 até os dias atuais.

³ Em 2005 o grupo ainda era chamado BRIC pois, a África do Sul ainda não fazia parte do grupo, esta somente veio a se tornar membro oficial do grupo em 2010 quando o grupo passou a se chamar BRICS.

Gráfico 1 - Evolução dos estoques de IDE nas economias desenvolvidas, em desenvolvimento e nos países do BRICS, 1970-2015.



Fonte: Elaboração do autor baseado em dados da UNCTAD Stats.

Sucessivas crises ocorrem na década de 1980, como a crise de dívida externa do Brasil, e na década de 1990, com a crise do México, conhecida como efeito tequila, e a crise dos tigres asiáticos. Passando por um período de auge para as economias em desenvolvimento que é o início dos anos 2000, até chegar a crise de 2008, que afetou grandes potências como os EUA e a China, como também todas as economias em desenvolvimento que vinham despontando para o mercado mundial.

Segundo dados do *World Investment Report* de 2013 da UNCTAD, há uma queda no fluxo de IDE para as economias desenvolvidas em especial para a Europa. As economias em desenvolvimento apresentam um declínio reduzido das entradas de IDE, com exceção das economias Africanas. Os dados da Tabela 4 retratam valores relacionados ao período da crise econômica do *sub-prime*, período capital para a compreensão da atual conjuntura econômica que se encontram os países atrelados a este trabalho.

Os BRICS seguem como destino preferencial de IDE. A participação destes nos fluxos globais passou de 10% em 2007 para 19,5% em 2012, tendo este ano como ápice, em 2015, porém, este valor caiu para 14,5%. O Brasil por sua vez, ganhou participação nos ingressos globais de IDE, passando de 1,7% em 2007 para 4,8% em 2012, ano de auge econômico no Brasil, e 3,6% de participação nos ingressos globais em 2015 (UNCTAD, 2013).

TABELA 5 - Fluxos de IDE por destino, 2006 a 2015, em US\$ bilhões.

Região/ Economia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	1402	2000	181	1212	1407	1650	1359	1421	1275	1763
Europa	654	907	572	405	429	473	276	388	342	522
Economias desenvolvidas	940	1321	1027	613	696	820	561	680	522	962
Economias em desenvolvimento	402	589	668	530	637	735	703	662	698	764
BRICS	148.7	204.7	284.6	191.	261	297	255	266	270.7	343
África do Sul	0.3	6.5	9.2	7.5	3.6	4.2	4.5	8.3	5.7	1.7
Brasil	18	34.5	45	25.9	83.7	96.1	76	53	73	64
China	72.7	83.5	108.3	95	114	123	121	124	128.5	135
Índia	20.3	25.3	47.1	35.6	27.4	36.1	24.1	28.1	34.5	44.2
Rússia	37.4	54.9	75	27.7	31.6	36.8	30.1	53.3	29	98
Dados em porcentagem (%)										
BRIC/Mundo	10.6	10	15.2	15.9	16.2	17.1	19.5	18.6	21.2	14.5
Economias em desenvolvimento/Mundo	28.6	29.4	36.8	43.6	45.2	44.5	52	46.3	54.6	43.3

Fonte: Elaboração própria baseado em dados da UNCTAD Stats.

Através dos dados apresentados mostra-se que as economias em desenvolvimento, nas quais se encontram os países do BRICS, têm aumentado de modo significativo sua parcela de participação em percentual referente a ingresso de IDE. A China, por exemplo, passou de uma participação nos ingressos mundiais de 5,1% em 2006, quase 50% da participação total dos países do BRICS, a 7,6% em 2015.

A Tabela 6 apresenta dados importantes relacionados ao período dos anos de 2009 a 2012. Neste período ocorreu a crise *sub prime* que afetou as diversas economias do mundo. Por esse motivo coloca-se esta tabela para mostrar o impacto ocorrido nesses anos. De acordo com a Tabela 6 percebe-se que o único país do BRICS a não sofrer em termos de entrada de IDE com a crise *sub prime* é a China que permanece na segunda posição do ranking, porém, tanto o Brasil, a Rússia e a Índia sofrem com a crise ocorrida nestes anos.

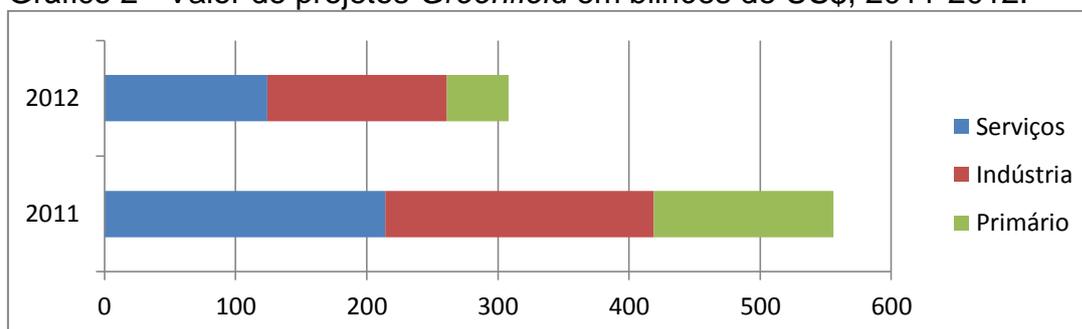
TABELA 6 - Fluxos de entrada de IDE para os países do BRICS nos anos de 2009 à 2012. Valores em US\$ Bilhões.

País	2009		2010		2011		2012	
	Posição no ranking	US\$	Posição no ranking	US\$	Posição no ranking	US\$	Posição no ranking	US\$
Brasil	13º	25.9	9º	83.7	5º	96.1	4º	76
Rússia	8º	27.7	10º	31.6	9º	36.8	9º	30.1
Índia	10º	35.6	20º	27.4	14º	31.6	15º	24.1
China	2º	95	2º	114.4	2º	123.9	2º	121
África do sul	n/s	7.5	n/s	3.6	n/s	4.2	n/s	4.5

Fonte: Elaboração Própria baseada em UNCTAD (2013).

Outro fator a destacar é como é feita a distribuição dos fluxos de IDE recebidos pelos países. Na continuação se apresenta a distribuição das formas de IDE, nos anos de 2011-2012, de acordo UNCTAD (2013). Os valores apresentados são valores para projetos de *Greenfield* e *Cross Border*. Projetos de *Greenfield* são aqueles que envolvem projetos incipientes ou em estágio inicial. Já os projetos de *Cross Border* são aqueles nos quais empresas nacionais buscam recursos no exterior.

Gráfico 2 - Valor de projetos *Greenfield* em bilhões de US\$, 2011-2012.

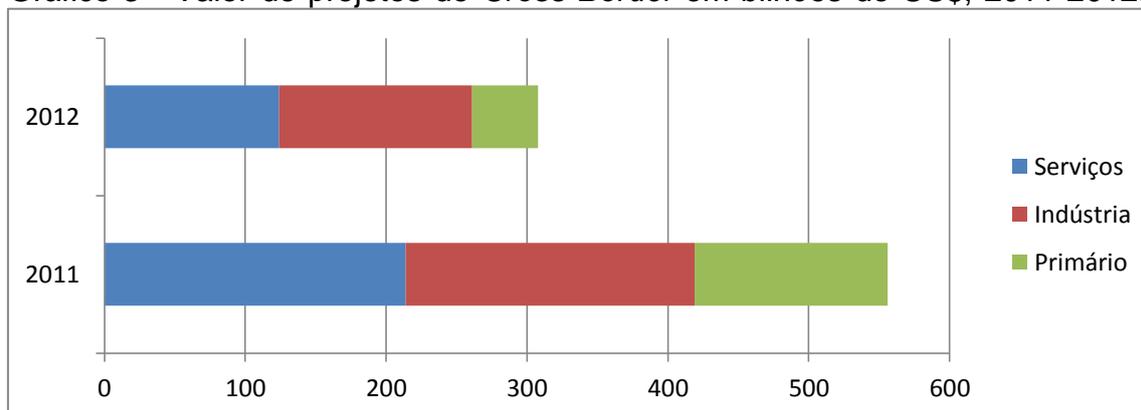


Fonte: UNCTAD STATS.

Percebe-se de acordo com o Gráfico 2 que os fluxos de IDE sofreram reduções em todos os setores da economia, com um maior percentual de perda para o setor primário, com destaque negativo para os setores de mineração e petróleo. Na manufatura, destaque negativo nos setores de metalurgia, química e materiais de transporte. No setor terciário, o menos

afetado, os destaques negativos ficam por conta dos setores de eletricidade e saneamento (UNCTAD, 2013).

Gráfico 3 - Valor de projetos de *Cross Border* em bilhões de US\$, 2011-2012.



Fonte: UNCTAD STATS.

3.4 IDE nos países do BRICS no período recente

Nos últimos anos os países do BRICS vêm ganhando importância no cenário internacional, principalmente pelo fato da China ser um dos principais países em termos de crescimento mundial, junto com a Índia. A Rússia, também nos últimos anos, tem realizado alguns projetos importantes e que têm atraído interesse internacional, obtendo com isso altos ingressos de IDE. A África do Sul como membro mais novo do grupo vem aos poucos ganhando importância no cenário mundial segundo o Ipea (2014).

Ao longo dos últimos anos os países desenvolvidos permaneceram como os principais detentores de IDE no mundo, porém, sua preponderância tem diminuído, principalmente pela ascensão dos países em desenvolvimento, como os BRICS. Os Estados Unidos, por exemplo, tem diminuído a sua participação nos fluxos mundiais embora continue sendo um dos principais expoentes neste aspecto. Entre os anos de 1980 e 2000, este, experimentou uma redução de 39,2% para 33,6%. Nos anos 2000 este já apresenta uma diminuição de participação no IDE mundial passando para 22% em 2014 (IPEA, 2014).

Segundo dados do Ipea (2014) a economia Chinesa tem se destacado no período recente por apresentar altos índices de crescimento econômico, taxa média de 10% do PIB nos anos 1990 e 9,5% na primeira década dos anos 2000. Andrade (2006) aponta entre os principais condicionantes do elevado crescimento chinês: as altas taxas de investimento, a abertura comercial, a política de estímulos as exportações, a manutenção de um regime cambial rígido que possibilita um desempenho favorável do setor externo e de comércio. O autor observa ainda que as altas taxas de crescimento chinês estão atreladas as altas taxas de poupança e investimento, e que a formação bruta de capital fixo apresentou um crescimento recorrente nos anos de 1990 e princípio dos anos 2000.

Os fluxos de IDE na China têm aumentado desde a década de 1990, como mostra a Tabela 7. De acordo com De Paula e Ferrari Filho (2006) a atração de IDE pela China acontece devido as perspectivas de bons negócios em longo prazo e a forte liberalização para com os fluxos de IDE. Fogel (2006) acredita que a China tem plenas condições de manter o seu crescimento em níveis altos nos próximos 20 a 30 anos, sempre que ao longo destes anos consiga corrigir alguns problemas políticos e econômicos que fazem com que seu crescimento não seja maior como: ineficiência do sistema bancário, tensões com parceiros comerciais, disparidades regionais e problemas de infraestrutura.

A Índia também vem mostrando notável desempenho econômico nos últimos anos, com altas taxas de crescimento do PIB (5,7% na década de 1990 e 6,4% na primeira década dos anos 2000), baixa inflação e crescimento expressivo das exportações de bens e serviços, especialmente serviços relacionados a tecnologia da informação (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

O bom desempenho econômico indiano, segundo Vieira e Veríssimo (2009), pode ser atribuído às reformas implementadas na Índia na década de 1990, dando especial ênfase a liberalização comercial, a abertura do mercado indiano aos investimentos diretos estrangeiros e a modernização do sistema financeiro e a redução dos monopólios do setor público. Para Nassif (2006) o expressivo crescimento econômico indiano também se deve a expansão dos déficits fiscais decorrentes das políticas de expansão de gastos públicos que atuam em áreas não muito atrativas para investidores estrangeiros.

Bosworth et al. (2007) destaca que o desempenho da economia indiana se dá de modo distinto a da economia chinesa, fundamentando-se na rápida expansão do setor de serviços. Este fato contribui significativamente para o setor de serviços, especialmente de tecnologia de informação, e para e para uma política industrial destinada a fomentar a eficiência através da liberalização de importações de equipamentos.

No que tange a taxa de acumulação de capital fixo a Índia apresenta crescimento nos seus índices. Destaca-se que a economia indiana vem tentando capturar poupança externa através de IDE e segundo dados da UNCTAD (2013) este país tem recebido fluxos de investimento externo não tão impressionantes quanto os fluxos chineses, mas pode-se dizer que são fluxos constantes.

A economia Russa a partir de 1999, com o governo de Vladimir Putin, começou uma fase de rápida expansão econômica. No período mais atual a Rússia vem apresentando notórias taxas de crescimento do PIB (média de 6,5% na primeira década do século XXI), taxas de inflação declinantes, contas fiscal e corrente superavitárias e um considerável estoque de reservas internacionais.

De Paula e Ferrari Filho (2006) indicam que a recente melhoria nos indicadores de vulnerabilidade externa russa se deve em grande parte ao desempenho da balança comercial e a elevação das reservas cambiais. Com relação aos fluxos de IDE, pode se considerar que estes ainda não têm papel preponderante na economia russa, principalmente devido ao ambiente conturbado de negócios encontrado no país.

Para Carneiro (2002), os anos de 1990 são os anos chave para entender a situação atual do país. Este observa uma série de fatores que fizeram o Brasil dependente de capitais externos, ou seja, IDE, na década de 1990. Tal resultado fez com que alguns problemas estruturais fossem negligenciados por uma situação momentânea positiva.

Alguns destes fatores foram: i) a abertura comercial junto com o câmbio sobrevalorizado; ii) as privatizações em conjunto com o investimento externo removeriam gargalos da oferta da indústria e infraestrutura; iii) a liberalização cambial como fonte atrativa de poupança externa para complementar o investimento externo e financiar o déficit em conta corrente (UNCTAD, 2013).

Sobre as tendências de crescimento para o Brasil, Wilson e Purushothamam (2003) argumentam que o processo de ajustamento da economia durante o Plano Real, reduziu a taxa de investimento o que contribuiu fortemente para a depreciação do estoque de capital, principalmente em infraestrutura, setor fundamental para o crescimento econômico de uma nação.

A África do Sul, maior potência do continente africano, vem nos últimos anos ganhando destaque no cenário internacional, graças ao seu crescimento econômico constante (cerca 3.5% média nos anos 2000). Não obstante, o membro mais jovem dos países do BRICS também possui alguns problemas estruturais que impedem um desenvolvimento econômico mais fluido. Este país possui uma taxa de desemprego muito alta, além de níveis salariais também muito baixos precária estimulação do setor primário, se apoiando nas importações de produtos com alto valor agregado (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

Apesar de uma economia de livre mercado, a África do Sul é o país que possui os menores ingressos de IDE dos membros do BRICS. Este país possui uma grande atratividade em potencial, porém ainda não conseguiu canalizá-la devido aos gargalos estruturais. Nos últimos anos o fluxo de IDE no país sul africano aumentou. Por exemplo, em 2015 este fluxo aumentou 38% com respeito ao fluxo do ano anterior (CNUCED, 2015). Os setores que mais atraem IDE na África do Sul são: energia, telecomunicações e serviços.

4 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E OS BRICS

4.1 O surgimento dos BRICS e a relação destes com seus países vizinhos.

Uma das transformações mais significativas na economia mundial nas três últimas décadas pode se considerar o aumento no nível de IDE nos países em desenvolvimento. Sobretudo nos países que compõem os BRICS, que tinha como países precursores: Brasil, Rússia, Índia e China. A África do Sul só veio a ingressar no grupo em 2012, como uma promessa de país promissor como os outros quatro membros.

Composto por países que somente tinham em comum um alto nível de população e uma grande extensão territorial, o que poderia representar uma vantagem a respeito do uso de seus respectivos recursos naturais, estes tinham como objetivo ser cinco das maiores potências até o ano de 2050. Dois destes países caminham a passos largos para a realização deste objetivo, Índia e China, com crescimento econômico de cerca de 7,5% a.a. (UNCTAD, 2015)

Os países que compõem o BRICS têm sido nos últimos anos, importantes receptores de IDE e também importantes investidores do mesmo tipo de capital. Segundo dados da UNCTAD (2015), na primeira década dos anos 2000, o fluxo de IDE para países do BRICS chegou a US\$ 255 bilhões em 2012. Dados do IPEA (2014) revelam que os níveis de IDE destes países continuavam crescendo mesmo em tempos de crise, passando de 6% dos ingressos mundiais de investimentos no ano 2000 para 20% em 2012. Por outro lado, estes países também cresceram como investidores passando de US\$ 7 bilhões no ano 2000 para US\$126 bilhões em 2012, representando 9% do fluxo mundial.

Interações econômicas entre os países do BRICS ainda são muito limitadas, porém esse tipo de investimento intra-BRICS também tem crescido rapidamente nos últimos anos. Essa parcela de IDE compartilhada pelos

próprios países do BRICS aumentou de 0,1% no início do grupo para 2,5% em 2012 e para 4,5% em 2015, segundo o último relatório da UNCTAD (2016).

Também conforme o relatório da UNCTAD (2016), os fluxos mundiais de Investimentos Diretos Externos (IDEs) ocorridos em 2015 registraram uma elevação de 38% em relação a 2014 e atingiram o valor de US\$ 1,76 bilhões. Já no ano de 2015, os países desenvolvidos receberam US\$ 960 bilhões. Sendo assim, voltando à condição de principais receptores de fluxos de IDE mundiais.

Na tabela 7 ilustra-se um pouco desses dados de entrada de fluxos de IDE nos países do BRICS no período relacionado a este trabalho para que possa ser feita uma análise de como se comportam os fluxos de IDE ao longo do período estudado.

TABELA 7 - Fluxos de entrada de IDE nos BRICS, 2006-2015, valores em US\$ bilhões.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BRICS	148.7	204.7	284.6	191.	261	297	255	266	270.7	343
Brasil	18	34.5	45	25.9	83.7	96.1	76	53	73	64
Rússia	37.4	54.9	75	27.7	31.6	36.8	30.1	53.3	29	98
Índia	20.3	25.3	47.1	35.6	27.4	36.1	24.1	28.1	34.5	44.2
China	72.7	83.5	108.3	95	114	123	121	124	128.5	135
África do Sul	0.3	6.5	9.2	7.5	3.6	4.2	4.5	8.3	5.7	1.7

Fonte: Elaboração do autor baseado nos dados da UNCTAD Stats.

De acordo com a Tabela 7 pode-se perceber que ao longo dos últimos anos os fluxos de entrada de IDE somente aumentaram seus valores. A China é a detentora da maior parcela do grupo com 37,6% dos ingressos de IDE, seguida pela Rússia com 27,2%, logo em seguida vem o Brasil com 17,9% dos ingressos do grupo, a Índia com uma parcela de 12,2% e África do Sul com 4,9% dos ingressos do BRICS.

Quando comparam-se os países membros do BRICS com os demais países desenvolvidos e em desenvolvimento os números mostram que o BRICS está melhorando em nível mundial, porém ainda longe dos países em desenvolvimento e principalmente dos desenvolvidos que em 2015, atingiram

valores de US\$ 962,4 bilhões enquanto que os países do BRICS alcançaram a cifra mais modesta de US\$ 256,6 bilhões.

TABELA 8 - Comparação dos fluxos de IDE nos países desenvolvidos, em desenvolvimento e nos países do BRICS, 2006-2015, em US\$ bilhões.

Economia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BRICS	148.7	204.7	284.6	191.	261	297	255	266	270.7	343
Países em desenvolvimento	402.9	525.5	578.4	465.3	625.3	670.1	658.7	662.4	698.4	764.6
Países desenvolvidos	940.3	128.9	801.9	654.3	699.8	817.4	787.3	680.2	522.0	962.4

Fonte: Elaboração do autor com base em UNCTAD Stats

De acordo com a Tabela 8 pode-se observar que mesmo em períodos de crise os países do BRICS têm avançado em termos de fluxo de IDE, salvo exceção dos anos de 2008-2009, que já tinham sido mencionados anteriormente neste trabalho como os anos que o ingresso de IDE nos países do BRICS e nos países do mundo todo sofreram um revés graças a crise *sub prime* que afetou quase que todas as economias do globo.

De acordo com o relatório da Unctad de 2016, mesmo com toda a força com que os países membros dos BRICS vem se inserindo em nível mundial, os países desenvolvidos ainda são os detentores dos maiores índices de estoque e fluxo de entrada e saída de IDE, como se mostra na tabela 8.

Com respeito à relação com os seus vizinhos os países do BRICS têm aumentado o nível de relacionamento. Deve-se ressaltar que a relação chinesa com seus vizinhos é um pouco diferente das dos outros países do BRICS, pois na verdade, os vizinhos é que possuem características diferentes. Enquanto a Rússia têm ao seu redor economias avançadas e com forte poder econômico, os demais países do BRICS fazem fronteira com países não tão desenvolvidos e basicamente exportadores de produtos primários (IPEA, 2014).

Também segundo IPEA (2014), o fato de ter vizinhos com economias mais desenvolvidas do que outros apresenta influência positiva para a Rússia e China. Outro aspecto fundamental para o constante crescimento econômico chinês é o ambiente de negócios e o grau de atratividade das economias dos seus vizinhos. Alguns destes países possuem um grau de atratividade mais elevado que os demais países do BRICS.

Os demais países do BRICS por não possuírem aspectos tão positivos com relação aos seus vizinhos, se apropriam de outras ferramentas para usufruir de aspectos positivos de seus vizinhos. Por exemplo, tem-se a familiaridade com a cultura de negócios locais, idioma comum e a existência de comunidades de imigrantes ou descendentes que também favorecem para que as relações comerciais e financeiras entre estes países aconteçam de forma mais fácil.

Os investimentos realizados por EMNs dos BRICS em países vizinhos são, seguindo a teoria eclética de Dunning, basicamente de dois tipos: *Market seeking* e *resource seeking*, de busca por mercados e por recursos naturais, esse é o tipo de investimento geralmente realizado em países em desenvolvimento, que possuem baixas ou temporárias vantagens devido ao seu tamanho e no caso dos países do BRICS, com exceção da China, e talvez da Rússia e em parte a Índia, baixo perfil tecnológico (ROVAI; POLANSKI, 2014).

No primeiro caso as EMNs costumam enfrentar menor concorrência de empresas locais, pois não existem atrativos muito fortes para a imersão nesses mercados e também por conta das deficiências competitivas das empresas locais. No segundo caso, as EMNs costumam enfrentar concorrência de outras EMNs, geralmente também de países desenvolvidos com grande poder econômico.

Um aspecto que se deve ter claro é o papel desempenhado pelo Estado no processo de expansão das firmas no BRICS. Nas economias chinesa, indiana e russa, o Estado desempenha um papel mais ativo a esse respeito. Já no Brasil e na África do Sul isso não é tão frequente. Então, pode-se dizer que o Estado não é apenas um provedor de bens e serviços e sim um organizador dessas questões de planificação intra e interterritorial, para que os objetivos que permeiam o processo de internacionalização possam ser concretizados de forma pragmática.

Outro aspecto a ressaltar, com respeito aos países do BRICS, são as relações internacionais estabelecidas entre estes países. A Índia se diferencia dos demais países do BRICS neste quesito, pois mantém relações tensas com seus vizinhos mais populosos. No que tange ao emprego de instrumentos de apoio à internacionalização das firmas de seus países, os acordos bilaterais de

comércio apresentam-se como determinantes essenciais desta. Neste quesito, a China se sobressai, pois tem um posicionamento um mais agressivo que os demais países do BRICS (IPEA, 2014).

4.2 O IDE nos BRICS e o ambiente de negócios

Primeiramente antes de analisar diretamente os resultados obtidos através dos dados do índice de liberdade econômica (Economic Freedom Index) e do ranking facilidade em fazer negócios (Ease of doing business) é necessário analisar a metodologia utilizada tanto no índice como no ranking dos países do BRICS alvo deste estudo.

Para que uma empresa venha a investir parte de seu capital em outro país esta deve levar em consideração uma serie de fatores ou indicadores de que é seguro investir em tal país. Neste trabalho de conclusão optou-se por considerar alguns dos índices que são os mais relevantes ou aqueles que as empresas mais se preocupam em se tratando de estabelecer-se em território estrangeiro. Os índices analisados neste trabalho são: abertura de empresas, obtenção de crédito, proteção de investidores, cumprimento de contratos, e facilidade de fazer negócios.

A avaliação através do índice facilidade em fazer negócios (*ease of doing business*) elaborado pelo World Bank Group é feita do seguinte modo, quanto menor o número, melhores condições de investimento são apresentadas pelos países, quanto maiores os números menos atratividade é apresentada pelos países em questão. Este ranking foi elaborado com o proposito de mensurar aspectos diretamente relacionadas aos negócios feitos por EMNs em países do estrangeiro (WORLD BANK, 2015).

Sobre os sub índices do índice facilidade de fazer negócios tem-se os seguintes aspectos para analisar: i) Abertura de uma empresa, este sub índice mensura os requisitos mínimos de capital, o número de procedimentos, tempo e custos de confiabilidade para as empresas, que decidem se estabelecer em outro país. ii) obtenção de crédito; este sub índice explora dois tipos de tópicos, a força dos sistemas de relatórios de crédito e a eficácia das leis de garantia e falência da participação de empréstimos, iii) proteção de investidores, este sub

índice analisa a força da proteção aos acionistas contra o mau uso de ativos corporativos pelos diretores, esta inclui direito dos acionistas, salvaguardas de governança e requisitos de transparência corporativa que reduzem o risco de abuso para com os investidores, iv) e finalmente, levando em consideração todos os sub índices anteriores analisa-se o sub índice facilidade de fazer negócios que nada mais é do que a junção de todos os sub índices anteriores (WORLD BANK, 2015).

Um quadro não menos diferente é apresentado pelo índice de liberdade econômica (*Index of Economic Freedom*), ranking elaborado para 180 países de forma anual pelo *Wall Street Journal* conjuntamente com a *Heritage Foundation*. Os números variam de 0 a 100, quanto mais próximo de zero menor o grau de liberdade econômica, quanto mais próximo de 100, maior é o mesmo.

O índice de liberdade econômica esta diretamente atrelado ao conceito de liberdade econômica que é o direito fundamental de cada ser humano de controlar seu trabalho e propriedade. O índice de liberdade econômica é fortemente associado com prosperidade econômica em muitos aspectos, por exemplo, saúde, meio ambiente, PIB per capita, distribuição de renda e democracia. Nota-se segundo os dados que os países que se encontram em melhores posições no ranking, desfrutam de melhores condições nos aspectos mencionados.

Os aspectos a serem analisados neste trabalho são: direitos de propriedade, liberdade empresarial, liberdade comercial, liberdade de investimentos e liberdade financeira. Os direitos de propriedade avaliam até que ponto o quadro legal de um país permite aos indivíduos acumularem livremente propriedade privada, este índice fornece uma medida quantificável do grau em que o arcabouço jurídico de um país protege os seus investidores e interagem para que suas leis sejam respeitadas.

As liberdades analisadas, se encontram no marco regulatório do índice, a liberdade empresarial refere-se a proporção em que os ambientes de regulamentação e infraestrutura restringem o funcionamento eficiente das empresas. O escore quantitativo é derivado de uma série de fatores que afetam a facilidade de iniciar, operar e fechar um negócio. A liberdade comercial é uma medida composta da extensão das barreiras tarifárias e não tarifárias que

afetam as importações e exportações de bens e serviços. A liberdade de investimento, este índice mede a facilidade ou a dificuldade com que os capitais podem ou não adentrar em um país, a maioria dos países possui restrições aos investimentos estrangeiros, o que este índice tenta mostrar são os diferentes tipos de restrições. Por último, porém não menos importante esta a liberdade financeira, que é um indicador da eficiência bancária e de certo modo também indica uma medida de independência do controle e interferência do governo no setor.

Nas tabelas 9 e 10 expõe-se o desempenho dos países do BRICS nos aspectos analisados tanto relacionados a facilidade de fazer negócios como do índice de liberdade econômica, no período compreendido entre os anos de 2006-2015 os valores mostrados serão apresentados em pontos percentuais.

TABELA 9 - Facilidade de Fazer Negócios, Brasil, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abertura de Empresa	n/d	115	122	127	126	128	120	121	123	167
Obtenção de Crédito	n/d	83	84	84	87	89	98	104	109	89
Proteção de Investidores	n/d	60	64	70	73	74	79	82	80	35
Cumprimento de Contratos	n/d	120	106	100	100	98	118	116	121	119
Facilidade de Fazer Negócios	119	121	122	125	129	127	126	130	116	120

Fonte: Elaboração própria com base em *Doing Business*, vários anos.

De acordo com o ranking de facilidade de fazer negócios no qual o Brasil ocupa uma posição não muito destacada posicionando-se atrás de algumas economias não muito influentes como Nepal e Ghana, o Brasil mostra índices razoáveis apenas em dois dos sub índices analisados; obtenção de crédito variando de 83 em 2007 para 89 em 2015, e proteção de investidores variando de 60 pontos percentuais em 2007 para 35 pontos percentuais em 2015 melhorando 42%. Por outro lado o Brasil impõe muitas barreiras para a abertura de empresas, com isso não obtêm pontuação muito destacada no índice facilidade para fazer negócios.

TABELA 10 - Índice de Liberdade Econômica, Brasil, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direitos de Propriedade	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Liberdade Empresarial	53,5	54,2	54	54,5	54,5	54,3	54,7	53	53,8	53,6
Liberdade Comercial	69	69,8	70,8	71,6	69,2	69,8	69,7	69,7	69,3	69,6
Liberdade Investimento	50	50	50	50	45	50	50	50	55	50
Liberdade Financeira	50	40	40	50	50	50	60	60	60	60

Fonte: 2015 *Index of Economic freedom*. Dados da Fundação *Heritage* e do *Jornal Wall Street*.

Já segundo o índice de liberdade econômica o Brasil mostra resultados um pouco mais satisfatórios, com pontuação boa tanto no índice de liberdade empresarial como de liberdade comercial, mantendo-se constante no primeiro, passando de 69 pontos percentuais em 2006 para 69,6 pontos percentuais em 2015. Apresentando números mais discretos para direitos de propriedade, liberdade de investimento e liberdade financeira de acordo com os dados da Fundação *Heritage* e *Jornal Wall Street*, (2015).

A Rússia apresenta resultados mais significativos que o Brasil, principalmente no quesito cumprimento de contratos e abertura de uma empresa, que ao longo dos últimos anos sofreu modificações consideráveis, passando de 25 pontos percentuais em 2007 para 14 pontos percentuais em 2015 representando uma melhora de 79%. Por outro lado, não apresenta números tão significativos enquanto a obtenção de crédito, proteção de investidores e facilidade de fazer negócios, neste último aspecto melhorando somente 27% nos anos de 2006 a 2015.

TABELA 11 - Facilidade de Fazer Negócios, Rússia, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abertura de Empresa	n/d	33	50	65	106	108	111	101	88	34
Obtenção de Crédito	n/d	159	84	109	87	89	98	104	109	61
Proteção de Investidores	n/d	60	83	88	93	93	111	117	115	100
Cumprimento de Contratos	n/d	25	19	18	19	18	13	11	10	14
Facilidade de Fazer Negócios	79	96	106	120	120	123	120	112	92	62

Fonte: Elaboração própria com base em *Doing Business*, vários anos.

A Rússia ocupa o lugar 114 do ranking de liberdade econômica atualmente, apresentando números significativos para os índices de liberdade empresarial e comercial, para o primeiro apresenta uma melhora de 18 pontos percentuais, equivalente a 22% enquanto para o segundo índice apresenta uma melhora de 12 pontos percentuais equivalente a 19%, porém, não apresenta os mesmos números para os demais aspectos analisados, direitos de propriedade com uma queda de 50%, liberdade de investimento queda de 20% e liberdade financeira, este último mantendo-se constante ao longo dos anos analisados. Esses índices fracos da Rússia representam impedimento significativo ao progresso econômico e a dissuasão de investimento.

TABELA 12 - Índice de Liberdade Econômica, Rússia, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direitos de Propriedade	30	30	30	25	25	25	25	25	25	20
Liberdade Empresarial	59,7	62	53,7	54	52,2	50,7	65,1	69,2	70	76,3
Liberdade Comercial	62,6	62,6	44,2	60,8	68,4	68,2	68,2	77,4	74,6	75
Liberdade Investimento	30	30	30	30	25	25	25	25	25	25
Liberdade Financeira	30	40	40	40	40	40	40	30	30	30

Fonte: 2015 *Index of Economic freedom*. Dados da Fundação *Heritage* e do *Jornal Wall Street*.

Regulamentos onerosos continuam a prejudicar o desenvolvimento do setor privado. O sistema de regulação russo sofre bastante com a corrupção e a falta de transparência. O comércio é muito importante para a economia russa, o investimento é rastreado e são limitados pelo Estado, ou seja, o setor financeiro está sujeito à influência do governo o que pode não ser um atrativo para investidores estrangeiros. De acordo com a abordagem institucionalista, também nota-se uma ausência da participação das instituições públicas e privadas na Rússia para que o IDE possa desempenhar um papel mais preponderante na economia russa (Fundação *Heritage*, 2015).

TABELA 13 - Facilidade de Fazer Negócios, Índia, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abertura de Empresa	n/d	88	111	121	169	165	163	173	179	158
Obtenção de Crédito	n/d	65	36	28	30	32	40	23	28	36
Proteção de Investidores	n/d	33	33	38	41	44	46	49	34	7
Cumprimento de Contratos	n/d	173	177	180	182	182	182	184	186	186
Facilidade de Fazer Negócios	116	134	120	122	133	134	132	132	134	142

Fonte: Elaboração própria com base em *Doing Business*, vários anos.

A Índia apresenta resultados muito expressivos nos índices obtenção de crédito com um aumento de 45% e proteção de investidores com um aumento de 79% o que explica parte do seu crescimento econômico e os US\$ 44,2 bilhões de dólares de IDE recebidos pela Índia em 2015. Os números não são igualmente positivos para os demais índices do ranking abertura de uma empresa, cumprimento de contratos tem uma queda de 8% ao longo dos anos analisados e facilidade de fazer negócios com uma queda de 22% no mesmo período. Mesmo assim a Índia é um lugar fortemente procurado para inversão de capital.

TABELA 14 - Índice de Liberdade Econômica, Índia, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direitos de Propriedade	50	50	50	50	50	50	50	50	50	55
Liberdade Empresarial	49,6	50,8	50,9	54,4	36,3	36,9	35,5	37,3	37,7	43,3
Liberdade Comercial	24	51,2	51	51	67,9	64,2	64,1	63,6	65,6	64,6
Liberdade Investimento	50	40	40	30	35	35	35	35	35	35
Liberdade Financeira	30	30	30	40	40	40	40	40	40	40

Fonte: 2015 *Index of Economic freedom*. Dados da Fundação *Heritage* e do *Jornal Wall Street*.

Sobre o índice de liberdade econômica a Índia se encontra no lugar 143, ou seja, uma posição de mediana para baixo, pois não apresenta resultados muito positivos em nenhum dos itens selecionados neste trabalho. O melhor dos itens ranqueados é liberdade comercial que aumentou quase 40 pontos percentuais nos anos estudados.

Os direitos de propriedade apesar de ocuparem uma posição mediana no ranking indiano são geralmente bem sucedidos no país. Porém o marco regulatório indiano é oneroso e o quadro legal é fraco o que por sua vez faz com que a Índia não receba mais IDE. O investimento estrangeiro é rastreado na Índia, característica similar a do IDE russo. As restrições em alguns setores específicos indianos tem reduzido o que faz com que a economia indiana se torne um ambiente um pouco mais propício para o recebimento de investimentos (Fundação *Heritage*, 2015).

TABELA 15 - Facilidade de Fazer Negócios, China, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abertura de Empresa	n/d	128	135	151	151	151	151	151	158	128
Obtenção de Crédito	n/d	101	84	59	61	65	67	70	73	71
Proteção de Investidores	n/d	83	83	88	93	93	97	100	98	132
Cumprimento de Contratos	n/d	63	20	18	18	15	16	19	19	35
Facilidade de Fazer Negócios	91	93	83	83	89	79	91	91	96	90

Fonte: Elaboração própria com base em *Doing Business*, vários anos.

A China por sua vez, apesar de ser o país com maior crescimento dos países do BRICS, média de 7,5% nos últimos 10 anos, e de receber a maior quantidade de IDE US\$ 135 bilhões em 2015, possui algumas deficiências principalmente com respeito ao ranking facilidade de fazer negócios, o único aspecto que a China tem uma performance positiva é o cumprimento de contratos que ao longo dos anos de 2006 a 2015, aumentou 28 pontos percentuais (44%). Um dos piores índices da China neste ranking é a proteção

de investidores, neste índice a China teve um decréscimo de 37% nos anos de 2006 a 2015.

TABELA 16 - Índice de Liberdade Econômica, China, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direitos de Propriedade	30	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Liberdade Empresarial	43,1	46,9	50,3	51,6	49,7	49,8	46,4	48	49,7	52,1
Liberdade Comercial	68	68	70,2	71,4	72,2	71,6	71,6	72	71,8	71,8
Liberdade Investimento	30	30	30	30	20	25	25	25	30	25
Liberdade Financeira	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30

Fonte: 2015 *Index of Economic freedom*. Dados da Fundação *Heritage* e do *Jornal Wall Street*.

Com respeito ao índice de liberdade econômica, a China apresenta números positivos para os itens de liberdade empresarial, aumentando em 9 pontos percentuais no período, o que representa 17% de incremento e 4 pontos percentuais para o índice de liberdade comercial, representando 6% de aumento.

Nos demais índices do ranking de liberdade econômica a China tem um desempenho constante, porém baixo, como por exemplo, o índice de liberdade financeira, que teve uma pontuação constante de 30 pontos percentuais ao longo dos anos de 2006 a 2015.

TABELA 17 - Facilidade de Fazer Negócios, África do Sul, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abertura de Empresa	n/d	102	53	47	67	75	44	53	64	61
Obtenção de Crédito	n/d	21	26	24	25	27	31	31	28	52
Proteção de Investidores	n/d	8	9	9	10	10	10	10	10	17
Cumprimento de Contratos	n/d	42	85	82	85	85	81	82	80	46
Facilidade de Fazer Negócios	38	39	35	32	34	34	35	39	41	43

Fonte: Elaboração própria com base em *Doing Business*, vários anos.

A África do Sul apresenta dados bem positivos com respeito ao ranking facilidade em fazer negócios. Os melhores índices são proteção de investidores que ao longo dos anos se manteve com pontuação baixa, ou seja, representando uma boa pontuação variando de 8 pontos percentuais em 2006 para 17 pontos percentuais em 2015. Cumprimento de contratos e obtenção de crédito também são itens nos quais a África do Sul apresenta bons resultados mantendo-se em 46 e 52 pontos percentuais respectivamente em 2015, o único índice que representa um problema para a África do Sul é a abertura de

empresas que em 2007 alcançava uma pontuação de 102 pontos percentuais e em 2015 61 pontos percentuais, mostrando uma melhora de 40%.

TABELA 18 - Índice de Liberdade Econômica, África do Sul, 2006-2015.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direitos de Propriedade	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Liberdade Empresarial	71,8	70,4	71,4	74,6	73	72,3	72,4	75,8	74,7	73
Liberdade Comercial	77,8	73,8	74,2	74,8	76	77,2	76,3	76,1	76,3	76,6
Liberdade Investimento	50	50	50	50	45	45	45	45	55	50
Liberdade Financeira	40	40	40	45	50	40	40	45	50	50

Fonte: 2015 *Index of Economic freedom*. Dados da Fundação *Heritage* e do *Jornal Wall Street*.

Com respeito ao índice de liberdade econômica, a África do Sul apresenta índices de médios para positivos tendo pontuação mediana em tres dos índices analisados, liberdade financeira, liberdade de investimento e direitos de propriedade, alcançando 50 pontos percentuais para cada um destes índices. Já nos índices liberdade empresarial e liberdade comercial apresenta números bem promissores embora constantes ao longo do tempo analisado no trabalho, liberdade empresarial começou a série em 2006 em 71,8 pontos percentuais e termina em 2015 em 73 pontos percentuais, representando uma melhora de 2%. Já no índice liberdade comercial houve queda, embora não muito significativa, pois os resultados são positivos começando a série em 2006 com 77,8 pontos percentuais e terminando em 2015 em 76,6 pontos percentuais, representando uma queda de 3%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o Investimento Direto Externo recente nos países do BRICS. O objetivo principal do estudo foi caracterizar os determinantes de IDE nos países do BRICS e caracterizar como estes se comportam em diferentes ambientes econômicos em um mundo globalizado.

Na análise realizada com respeito a globalização econômica percebeu-se que este processo tem ocorrido pelo menos a mais de um século, porém, sendo mais evidenciado nas últimas décadas desde a abertura dos mercados internacionais na década de 1980. Além disso, este processo tem sido intensificado pelos constantes avanços tecnológicos que aceleram os processos econômicos, alterando o cenário macroeconômico das nações.

Nesta abordagem, o campo das relações econômicas internacionais tornou-se muito mais amplo, principalmente devido ao fato de este possibilitar um maior número de relações em diversos ambientes econômicos, que se apresentam em diversas formas, ou seja, se modificam na velocidade das mesmas transações econômicas.

Neste trabalho de conclusão foram adotados como principal base teórica os trabalhos de Hymer, Kindleberger, Caves, Buckley, Casson, Ghauri, Akamatsu, Vernon, Dunning, Jan Johanson e Vahlne e os trabalhos que tem como base a abordagem institucionalista como, North e Porter, dando um enfoque mais empresarial ao trabalho. No que tange as contribuições destes trabalhos teóricos das diversas abordagens para a teoria de IDE, nota-se que estas estão focadas nos comportamentos e estratégias seguidas pelas EMNs.

No que diz respeito ao modelo HKC de Hymer, Kindleberger e Caves evidencia-se um comportamento empresarial baseado nas vantagens compensatórias de instalar uma empresa ou não em território estrangeiro. No que tange a Buckley, Casson e Ghauri tem se um enfoque maior na internalização de custos de produção. Por sua vez Akamatsu e Vernon tem uma abordagem mais produtiva sobre o comportamento das empresas que

realizam IDE, o primeiro enfocando mais nos custos e tecnologia e o segundo mais na realocação da produção em busca de lucros maiores.

Por sua vez a teoria do paradigma eclético de Dunning afirma que existe uma série de vantagens que são decisivas no processo de inversão de capital por parte das EMNs, estes são: vantagens de propriedade, vantagens de localização, e vantagens de internalização que se referem as vantagens que certos países possuem para atrair IDE. Ademais as estratégias utilizadas pelas EMNs tem como foco a busca por recursos, busca por mercados, busca de eficiência e busca de ativos estratégicos.

Também se observou o desempenho das EMNs através do modelo Uppsala de Jan Johanson e Vahlne que afirma que a internacionalização de uma empresa é dada por um processo gradual. Seguido de um novo processo de interação o conhecimento sobre esses mercados estrangeiros e os recursos destinados a estes. Os principais aspectos de internacionalização das empresas segundo este modelo são o comprometimento com o mercado e o conhecimento de mercado.

Outro padrão observado foi que as EMNs preferiam internacionalizar-se nos países que possuíam menores distâncias geográficas, culturais e políticas no período. O que facilitava a instalação das EMNs em questão e economizam em tempo de adaptação para um funcionamento ótimo.

Em relação á análise dos fluxos de IDE evidenciou-se uma extraordinária evolução a partir da década de 80, com a abertura internacional dos mercados, porém, com uma intensificação a partir da década de 1990 com um contexto de liberalização econômica. Observou-se que os países desenvolvidos ainda são os maiores detentores de IDE global, porém a participação dos países do BRICS esta em constante evolução, principalmente a partir dos anos 2000.

No contexto relacionado aos distintos ambientes econômicos nos diferentes países do BRICS nota-se que os índices analisados não têm relação diretamente proporcional com a captação de IDE pelos mesmos, pois mesmo possuindo os piores indicadores de acordo com o índice de liberdade econômica e o ranking facilidade de fazer negócios a China, por exemplo, é o maior receptor de IDE dos países do BRICS, com um IDE de US\$ 135 bilhões em 2015. Por outro lado a Africa do Sul é o país com melhores índices tanto no

índice de liberdade econômica como no ranking facilidade de fazer negócios, porém é o país com o menor IDE captado US\$ 18 bilhões em 2015.

No sentido de responder as indagações do início desta pesquisa pode se dizer que os fluxos de IDE tem aumentado significativamente nos países do BRICS fazendo com que estes experimentem melhoras consideráveis na situação econômico-social de cada país. Com relação aos determinantes de IDE conclui-se que estes são avaliados a partir de variáveis microeconômicas diretamente relacionadas ao desempenho das firmas e variáveis macroeconômicas e institucionais que evidenciam os fatores específicos do país receptor de IDE.

Para analisar como os fluxos de IDE se comportam em diferentes ambientes econômicos dedica-se atenção aos índices de liberdade econômica e facilidade de fazer negócios onde expõe-se os dados através de índices que deixam claro a situação de cada um dos países do BRICS, o Brasil não ocupa uma posição muito destacada em nenhum dos dois ranking, porém não deixa de ser um país com forte atratividade de IDE, atraindo no ano de 2015 US\$ 64 bilhões. A Rússia apesar de não ocupar uma posição de grande destaque nos ranking se mostra também como forte país na atração de IDE, mesmo tendo fortes restrições governamentais e institucionais que não colaboram com o crescimento dos fluxos de IDE no país.

Por sua vez a Índia mostra um crescimento econômico constante e baseado em uma pauta de reformas orientadas para fortalecer o seu mercado interno de modo que este possa captar recursos do exterior e canaliza-los do melhor modo possível para que estes permaneçam e se proliferem em uma escala nacional. A China apesar de ser o país mais proeminente do BRICS mostra uma serie de obstáculos burocráticos que funcionam como uma espécie de barreira para os investidores , embora ao relacionar com a teoria notou-se que esses obstáculos são insignificantes frente ao crescimento e desenvolvimento deste país. A Africa do Sul, é o país do BRICS que apresentou os melhores índices nos rankings de liberdade econômica e facilidade de fazer negócios, porém é o país que possui a menor taxa de crescimento e captação de IDE atraindo para seu território no ano de 2015 US\$ 1.8 bilhões.

Levando em consideração a possibilidade de realizar trabalhos futuros, poderia se tentar analisar alguns outros índices dos rankings utilizados, ou acrescentar uma análise mais microeconômica que analisasse as empresas multinacionais em sua essência. Um modelo econométrico de *cross section*, ou um modelo painel, com dados macroeconômicos também poderia ser aplicado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAMATSU, K. **Waga kuni yomo kogyohin no susei**. Shogyo Keizai Ronso, v. 13, p. 129-212, 1935.

AMAL, M. **Os determinantes do investimento direto externo no Brasil**. 106 p. (Tese de Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2000.

AMAL, M.; SEABRA, F., **Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional**. XXXIII Encontro ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A076.pdf>>. Acessado em maio, 2017.

Banco Central do Brasil. **Censo de capitais estrangeiros no país**. Estoque de investimentos diretos no país. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/mapa_ied/mapa.asp>. Acesso em 15/05/2016.

Banco Central do Brasil. **Censo de capitais estrangeiros no país**. Participação no capital. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/treemap_ied/treemap.asp>. Acesso em 15/05/2016.

BELLUZZO G, L; **As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais**. Política Econômica em Foco, n. 7 – nov. 2005/abr. 2006. 24 SEÇÃO I

BERNSTEIN, J. **Capitalismo senil**. Rio de Janeiro, Ed. Record. Bello, W. et al (2000), Global Finance, Londres, Zed Books. 2001.

BEVAN, A; ESTRIN S. **The determinants of foreign direct investment into European transition economies**. Journal of comparative economics. England, London. 2004.

BREWER, T. A. **FDI in emerging market countries**. In Oxelheim, L., editor, The Global Race for FDI. Prospects for the Future. Springer-Verlag, Berlin. 1993.

BOSWORTH, B.; COLLINS, S. M.; VIRMANI, A. **Sources of growth in the Indian economy**. NBER Working Paper, n. 12901. Feb. 2007

CARNEIRO, R. **A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 90. Campinas. São Paulo. Out. 1999.

_____. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Editora Unesp/IE. Unicamp, 2002.

CHESSAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã. 1996.

CRUZ, L. M. **Abertura financeira e impactos na economia brasileira na década de 90.** 53 p. Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Faculdade Estadual de Campinas. São Paulo. 2001.

CURADO, C. "**Organisational learning and organisational design**", The Learning Organization, Vol. 13 Issue: 1,2006, pp.25- 48, <https://doi.org/10.1080/10717930600571111>. Acesso em 16/05/17

DAL SOTO, F; ALVES, J, N; BULÉ, A, E. **Análise do processo de internacionalização do modelo de Uppsala: caminho para as empresas brasileiras.** Revista Estudo & Debate em gestão e planejamento v24, n1. Lajeado. Rio Grande do Sul. 2014.

DE PAULA, L. F. R.; FERRARI FILHO, F. **Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente dos BRIC.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, 2006, Vitória. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006.

DUNNING, J. **The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity.** International Business Review 9, 2000, p 163-190.

EINCHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

FERRAZ, S; ALEXANDRE, A; VOIDILA, T. **Investimento direto externo na Economia brasileira dos anos 90.** 34 p. Textos de Economia v.7, n.1 p.103-136. Florianópolis. Santa Catarina. 2002.

FOGEL, R. W. **Why China is likely to achieve its growth objectives.**NBER (Working Paper No.12122). Mar. 2006.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Escola de negócios do Brasil.** Extensão do pontífice Universidade Católica de Minas Gerais. 2013.

GONÇALVES, Reinaldo, BAUMANN, Renato, PRADO, Luiz Carlos, et al. **A nova economia internacional — uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro : Campus, 1998

_____. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil.** 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2005.

GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global.** Rio de Janeiro, Ed. Record. 2002.

HOBBSBAWN , E. **Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991.** São Paulo, Ed.Companhia das Letras.1994

JOHANSON, J; VAHLNE, J-E. The Internationalization Process of the Firm—A Model of Knowledge Development and Increasing Foreign Market Commitments. **Journal of International Business Studies**, 1977, vol. 8, issue 1, pages 23-32.

LACERDA C, A. **O impacto da globalização na economia brasileira.** São Paulo: Contexto. 1998.

LOPES, C, H. **Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North.** Revista de Economia Política, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro/2013

MAZUMDAR, S. Growth and structural changes in output in India since independence: a study report. *In*: ISID – INSTITUTE FOR STUDIES IN INDUSTRIAL DEVELOPMENT. **Structural changes, industrial and employment in the Indian economy:** macro-economic implications of emerging pattern. New Delhi: ISID, 2010.

MUDAMBI, R; NAVARRA, P. **Institutions and internation business: a theoretical overview.** International Business Review 11.London 2002. pages 635–646.

NONNENBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. **Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento.** Texto Para Discussão n 1016, Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

PINHEIRO, A; GIAMBIAGGI, F; GOSTKORZEWICS, J. **“O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90”.** A economia brasileira nos anos 90. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 1990.

PRADHAN, J. P. **Rise of Indian outward FDI: what implications does it hold for host developing countries?** Revista Economía: teoria y practica, n. 29, p. 9-49,jul./dic. 2008.

PRATES, D M. **O ciclo recente de absorção de recursos externos e a vulnerabilidade externa da economia brasileira nos anos 90.** IV Encontro de Economia Política. Período de 1 a 4 de junho de 1999.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultura. 1997.

Survey on current conditions and intention of outbound investment by Chinese enterprises. (s.l.). China Council for the Promotion of International Trade, 2010.

TAVARES C, M; FIORI, J L. **Desajuste Global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

UNCTAD. World Investment Report. **Cross border merger and acquisitions and development**. New York and Geneva. 2000.

_____. World Investment Report: **Cadeias de valor global: Investimento e comércio para o desenvolvimento**. São Paulo, 2013.

VIEIRA, F, V.; VERISSIMO, M P. **“Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul”**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, nº 3, p. 513-546, dez./2009.

VILAS, M. C. **Seis ideias falsas sobre a globalização**. Estudos de sociologia. Argumentos desde América Latina para la refutación de una ideología. México. Abr. 2008.

WILSON, D; PURUSHOTHAMAN, R. **“Dreaming with BRICs: the Path to 2050”**. Global Economics Papers nº 99, Goldman Sachs, Outubro, 2003, 15 p.